

## ATA NÚMERO 16

### Sessão Ordinária de 21 de junho de 2024

-----Aos vinte e um dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Amarante, em sessão ordinária, devidamente convocada, nos termos do n.º 1 do artigo 14.º do respetivo Regimento, para ter início às vinte horas, com a seguinte ORDEM DO DIA:-----

1. **Relatório de atividades e situação financeira do Município** – Para conhecimento;-----
2. **Protermas - Gestão e Exploração de Termas, Lda.** - Ação Judicial n.º 280/23.3 BEPNF – Para conhecimento;-----
3. **Nomeação de auditor externo responsável pela certificação das contas do Município de Amarante dos Anos de 2024 e 2025** - (Registo n.º 3487/2024/05/14);-----
4. **Contratação de empréstimo de médio/longo prazo para "Requalificação da Alameda Teixeira de Pascoaes"**- (Registo n.º 4317/2024/05/27);-----
5. **Adesão do Município de Amarante à Fundação de Serralves** – Estatuto de Fundador de Serralves - (Registo n.º 3295/2024/04/26);-----
6. **Alteração do Regulamento da Taxa Turística Municipal** - (Registo n.º 3211/2024/04/23);-----
7. **Operação de Reabilitação Urbana de Telões** – (Registo n.º 1664/2024/02/29).-----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal, Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, assumiu a presidência da Mesa, sendo coadjuvado por Carlos Marques da Silva Macedo, como Primeiro Secretário, e Sara Moreira Machado, como Segunda Secretária.-----

-----Feita a chamada, verificou-se que estavam presentes os/as seguintes membros:-----

-----Maria de Lurdes Pinheiro Coelho, Eugénia Margarida Pinto Soares Vieira, Ercília Gonçalves Costa, António Ferreira Soares Araújo, Pedro Manuel Pinto Ribeiro, Liliana Cristina Pereira Ribeiro, Nuno Miguel Oliveira Sousa Queirós, Amélia Maria Gomes de Oliveira, Sara Luísa Magalhães Maia, Raquel Maria Pinheiro Ramos Canito, Inês Brochado Marinho Bastos Batista, Torcato Fernando Carvalho Ferreira, Sara Moreira Machado, Hugo Jorge Carvalho Peixoto, Vítor Manuel Briga Rei, Simone Guedes de Oliveira, Carlos Alberto Freitas Miranda, Rui Pedro Barreira Morais, Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela, José Joaquim Magalhães Teixeira, Estefânio Cirilo Sousa Pinto, Carlos Marques da Silva Macedo, Ana Margarida Fernandes Carvalho, Sandra Patrícia Nogueira Costa, José Augusto Oliveira Araújo e Joaquim Augusto Teixeira. -----

-----Presidentes de Junta de Freguesia, ou seus/suas representantes: Ansiães – António Fonseca Brandão; Candemil – Ana Sofia Marinho Briga; Fregim – Sandra Castro Fraga; Fridão – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós; Gondar – Hugo Vaz; Gouveia (São Simão) – Joaquim de Oliveira; Jazente – Daniela Conceição Teixeira Ribeiro; Lomba – José Filipe de Jesus Carvalho; Louredo – António Jorge Barbosa Torres; Lufrei – António Alexandrino Ferreira de Magalhães; Padronelo – Armando Jorge Pinheiro Coimbra; Rebordelo – Cláudia Daniela Mota e Silva; Salvador do Monte – Cláudia Conceição Ferrás Moura; Telões – Ivone Sofia Ribeiro; Travanca – Fernando José Teixeira da Cunha; Vila Caiz – José António Pereira Ferreira; Vila Chã do Marão – Rui Filipe Coelho; Vila Meã – Lino Manuel Macedo; União das Freguesias de Aboadela, Sanche e Várzea – Henrique Jorge Monteiro; União das Freguesias de Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão – Domingos Adelino Carvalho da Silva; União das Freguesias de Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei – Ângelo Pereira Magalhães; União das Freguesias de Figueiró (Santiago e Santa Cristina) – Daniel António Teixeira Pinheiro; União das Freguesias de Olo e Canadelo

– Henrique Álvaro Pereira Seixas, Secretário; União das Freguesias de Vila Garcia, Aboim e Chapa – António Cândido Alves Pinheiro. -----

-----Pediram a substituição, e/ou justificaram a respetiva falta, os/as senhores/as deputados/as: Alexandra Gabriela de Almeida Bento Pinto (substituída por Maria de Lurdes Pinheiro Coelho), Cândido Augusto Pires Zoio (substituído por Pedro Manuel Pinto Ribeiro), João Carlos Santos Leite (substituído por Liliana Cristina Pereira Ribeiro, André da Silva e Ribeiro e Costa Magalhães (substituído por Raquel Maria Pinheiro Ramos Canito), Carlos António Silva Carvalho (substituído por Inês Brochado Marinho Bastos Batista), Francisca Oliveira Teixeira Alves dos Santos (substituída por Sandra Patrícia Nogueira Costa), Zita Graça Teixeira Pereira (substituída por Joaquim Augusto Teixeira), os/as senhores/as presidentes de junta de: Mancelos – Ricardo Samuel Teixeira Alves, Salvador do Monte – Pedro Davide Leite Fernandes (substituído por Cláudia Conceição Ferrás Moura), União das Freguesias de Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão – Américo Paulo Ribeiro (substituído por Domingos Adelino Carvalho da Silva), União das Freguesias de Freixo de Cima e de Baixo – Alfredo Teixeira Carvalho, União das Freguesias de Olo e Canadelo – Marta Inês Ribeiro da Costa Marinho (substituída por Henrique Álvaro Pereira Seixas.-----

-----A Câmara Municipal fez-se representar pelo senhor Presidente, José Luís Gaspar Jorge, e pelos/as senhores/as vereadores/as: Hugo Miguel Costa Carvalho, António Jorge Vieira Ricardo, Carlos Gonçalo Teixeira Pereira, Ana Rita Brochado Marinho Bastos Batista, Sílvia Isabel Brochado Araújo, Adriano Teixeira Alves dos Santos, e Carlos Manuel Azevedo Pereira. -----

-----Seguidamente, após verificação do quórum, pelas vinte horas e trinta minutos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, procedeu-se ao ato de tomada de posse da senhora deputada Raquel Maria Pinheiro Ramos Canito, que foi convocada para substituir o senhor deputado André da Silva

Ribeiro e Costa Magalhães, nos termos dos artigos 47.º e 51.º do Regimento. -----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----De imediato, nos termos do disposto na alínea a), n.º 2, do artigo 17.º do Regimento, procedeu-se à apreciação e votação das atas n.ºs 15 e 16, respeitantes às sessões de 25.04.2024 e 27.04.2024, respetivamente, tendo o senhor Presidente da Assembleia pedido dispensa da sua leitura em voz alta, uma vez que as mesmas foram previamente disponibilizadas na plataforma informática. Inscreveu-se para usar da palavra: o senhor deputado José Joaquim Teixeira, do Grupo Político Municipal do PS, pedindo para fazer correções nos textos das suas intervenções, a páginas 7, 15, 16 e 17. Efetuadas as correções, foram aprovadas as referidas atas, por unanimidade. Por força do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, não participaram na votação da ata n.º 15, por terem estado ausentes da respetiva reunião, os/as senhores/as membros: Vítor Manuel Briga Rei, Estefânio Cirilo Sousa Pinto, Liliana Cristina Pereira Ribeiro, Raquel Maria Pinheiro Ramos Canito, Sandra Patrícia Nogueira Costa, Ana Sofia Marinho Briga - Presidente da Junta de Freguesia de Candemil, Joaquim de Oliveira - Presidente da Junta de Freguesia de Gouveia (São Simão), Cláudia Conceição Ferrás Moura - Secretária da Junta de Freguesia de São Salvador do Monte, Henrique Álvaro Pereira Seixas - Secretário da Junta da União das Freguesias de Olo e Canadelo. Não participaram na votação da ata n.º 16, por estarem ausentes da respetiva reunião, os/as senhores/as membros: Ercília Gonçalves Costa, Liliana Cristina Pereira Ribeiro, Estefânio Cirilo Sousa Pinto, Ana Sofia Marinho Briga - Presidente da Junta de Freguesia de Candemil, Cláudia Conceição Ferrás Moura - Secretária da Junta de Freguesia de Salvador do Monte, Henrique Jorge Monteiro - Presidente da Junta da União das Freguesias de Aboadela, Sanche e Várzea, António Cândido Alves Pinheiro - Presidente da Junta da União das Freguesias de Vila Garcia, Aboim e Chapa. -----

-----O senhor presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida mais relevante, desde a última sessão, de acordo com a alínea b), n.º 2, do artigo 17.º do Regimento. Referiu que uma das comunicações rececionadas foi enviada por uma munícipe, Eduarda Miranda, a solicitar a inclusão do assunto "Regime de Isenção da Taxa Municipal Turística de Amarante, dirigida aos hóspedes que pernoitem em estabelecimentos de Alojamento Local ou outros situados em Freguesias de Baixa Densidade Populacional". Porém, não foi incluído na ordem do dia da presente sessão, uma vez que a Assembleia Municipal só poderá deliberar sobre a alteração de regulamentos sob proposta da Câmara Municipal. Por conseguinte, o pedido foi remetido para conhecimento daquele órgão. -----

-----De seguida, nos termos da alínea c), n.º 2, do artigo 17.º do Regimento, o senhor presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da entrada na Mesa de um voto de louvor subscrito por todos os representantes dos grupos políticos municipais e do grupo de cidadãos "Juntos por Ansiães", pelo título de campeão do Campeonato de Portugal alcançado pelo Amarante Futebol Clube, do seguinte teor:

-----"O Amarante Futebol Clube, instituição centenária, é uma das mais relevantes organizações do concelho de Amarante. O papel que assume na sociedade amarantina assume um valor inegável e de enorme valia. Atravessando gerações, o Amarante Futebol Clube assume um papel primordial na promoção da prática desportiva, associada a um desporto que movimenta emoções e impacta pessoas em todo o mundo.-----

-----Acréscimo ainda que o Amarante Futebol Clube, pelo trabalho relevante e importante que assume nos escalões de formação, é também responsável por um importante contributo na educação e formação das gerações mais jovens. -----

-----Recentemente, a equipa sénior do Amarante Futebol Clube alcançou a subida de divisão, passando, na próxima época desportiva, a atuar na denominada Liga 3.

Acrescendo a esta relevante conquista, alcançou também o título de campeão do Campeonato de Portugal, em jogo disputado no mítico Estádio do Jamor. -----

-----As vitórias, o crescimento e o alcançar de objetivos ambiciosos são sempre importantes para as instituições e para as localidades que estas representam. E o Amarante Futebol Clube dá-nos, a nós amarantinos, tudo isso. Mas este feito oferece também uma elevada dose de inspiração que, desde os mais jovens, aos mais velhos, incentivará a que, com dedicação, esforço e trabalho, possamos lograr objetivos impactantes.-----

-----Obrigado ao Amarante Futebol Clube por nos inspirar!-----

-----Por tudo isto,-----

- propomos a aprovação deste Voto de Louvor à instituição Amarante Futebol Clube como reconhecimento do seu meritório papel na sociedade amarantina, realçando o trabalho dos seus corpos dirigentes, funcionários, atletas e suas famílias e o imprescindível apoio dos sócios e simpatizantes. -----

-----Amarante, 21 de junho de 2024.”-----

-----Submetido a votação, o voto de louvor foi aprovado por unanimidade. Encontravam-se presentes 49 membros dos/as 53 que compõem a Assembleia Municipal.-----

-----O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gondar, usou da palavra para apresentar quatro propostas de recomendação à Câmara Municipal, a saber: -----

-----“Começo por uma petição que foi feita pela população de Gondar, que se denomina «por uma Gondar mais acessível»:-----

-----Exm.º Senhor Presidente da Câmara de Amarante, Dr. José Luís Gaspar, nós, os abaixo-assinados, membros da comunidade de Gondar, vimos, com o maior respeito e consideração apresentar esta petição a V. Ex.ª, solicitando com urgência a realização simultânea das obras de pavimentação da Estrada Municipal 576 e do

alargamento do Pontão de Vilela. Esta ação, além de ser de extrema necessidade, é também pragmaticamente essencial para o bem-estar da nossa comunidade. A estrutura atual da Estrada Municipal 576, que serve como única via de ligação entre a parte "urbana" e a mais "rural" de Gondar, encontra-se em condições de forma alarmante deterioradas. É importante referir, conforme os censos de 2021, que a parte "rural" de Gondar alberga mais habitações do que a sua contraparte "urbana". Esta via é, portanto, indispensável para o desenvolvimento contínuo da nossa freguesia, tendo em vista o exponencial aumento da requalificação e construção de novas habitações nas localidades de Vilela e Vila Seca, elementos-chave para contrabalançar o despovoamento e a emigração que se tem sentido nos últimos anos. A relevância da Estrada Municipal 576 estende-se além da sua função como via de transporte. Ela é essencial para o acesso a pontos de importância capital para Gondar e para a visibilidade de Amarante, incluindo a área desportiva de Gondar, que atrai centenas de espectadores todas as semanas, o Centro de Artes Ofícios e Tradições de Gondar, liderado pelo Mestre César Teixeira, e o Museu Rural do Marão. Estes equipamentos, além de representarem um património cultural único, atraem visitantes nacionais e internacionais, incluindo alunos e professores de renomadas universidades como Harvard e Cambridge, existindo já visitas marcadas para este ano. A população de Gondar aguarda, há mais de 30 anos, por uma solução efetiva para este problema, que afeta diariamente as suas vidas. A realização destas obras não só melhoraria significativamente as condições de vida dos mais de 700 habitantes daquela parte da freguesia, mas também marcaria a gestão de V. Ex.<sup>a</sup> como um período histórico de resolução de um assunto pendente por décadas. O custo estimado para estas obras é de aproximadamente 200.000€, um investimento *per-capita* muito razoável considerando o impacto positivo na vida de cada residente de Gondar, que é de cerca de 111,11€ por pessoa. -----

-----Assim, apelamos a V. Ex.<sup>a</sup> que, em nome de todos os que assinam esta petição, incluindo aqueles que, por não estarem presentes, não puderam assinar, e em consideração aos inúmeros visitantes que frequentam nossa freguesia, proceda com a realização simultânea das obras na Estrada Municipal 576 e no alargamento do Pontão de Vilela. -----

-----Tal ação representaria um investimento significativo na melhoria das condições de vida de nossa comunidade, que reconheceriam o esforço realizado pelo município e a consideração que existiu por parte de V. Ex.<sup>a</sup>. -----

----- - Museu Rural de Gondar: -----

-----No dia 21.02.2009, foi inaugurado o Museu Rural do Marão, com um comodato até 2025. -----

-----Com caráter etnográfico significativo, este museu apresenta-nos um vasto leque de espólio, quer rural, quer artístico, quer popular. Nele podemos apreciar saberes populares como a tecelagem, compreender a casa rural, descobrir usos e costumes das gerações que nos precedem, assimilar conhecimentos que não vêm nos livros. Estamos a falar de um espaço arquitetónico remodelado, onde encontramos mais de quatrocentos objetos que nos remetem para um passado longínquo. Alguns com mais de dois séculos, que queremos presentes na representação do futuro. -----

-----Estamos a falar, portanto, de uma área expositiva de 180 m<sup>2</sup> e de uma área de logradouro para exposições ao ar livre, atividades, concertos e demais atividades culturais, de 1.800 m<sup>2</sup>. -----

-----Esta proposta foi votada unanimemente na Assembleia de Freguesia de Gondar, pelas forças políticas ali representadas. -----

-----Portanto, tudo isto nos leva a solicitar que todo este passado não se transforme em memória e deixemos aos futuros a memória do passado. -----



-----Agora, o centro de artes e ofícios e tradições de Gondar, -----

----- - Centro de Artes Ofícios e Tradições de Gondar uma visão transformadora:

-----É com grande entusiasmo e profundo respeito pela vossa reconhecida sensibilidade cultural que venho apresentar um projeto inovador de imensa importância, que agora vou denominar de centro de artes. O centro de artes é um baluarte da nossa história e nela se encontram a memorável exposição da Tuna de Gondar e uma preciosa coleção de arte, que é preservada pela habilidade do singular Mestre César Teixeira, orgulhosamente o último oleiro da Europa a praticar a prática ancestral da cozedura da soenga, que remonta ao século XVII. -----

-----Adicionalmente, propomos ações de preservação e de reabilitação das áreas exteriores e interiores, tratando-se de uma antiga escola do anterior regime, térrea. Adicionalmente, procuramos promover o barro local e os recursos do concelho. Além disso, abre-se a possibilidade de parcerias frutíferas com empresas de *design* e de hotelaria, tanto a nível nacional como internacional, promovendo novas iniciativas económicas e culturais. São dezenas as empresas de *design*, principalmente do Porto, que já cá vieram fazer peças com o barro negro. -----

-----Portanto, o vosso apoio neste projeto não será apenas um testemunho da vossa dedicação à cultura, mas um legado duradouro, enaltecendo Amarante como um farol de preservação e promoção cultural. -----

----- - Parque de lazer de Larim: -----

-----Foi com foi com grande apreensão que verificamos que o concurso para o parque de lazer de Larim não contempla a construção das casas de banho. Apesar da sua demolição estar prevista no âmbito das obras, consideramos que um parque de lazer que não possui instalações sanitárias adequadas, privando os seus utilizadores de um serviço essencial, não poderá funcionar. Desta forma, recomendamos à Câmara Municipal de Amarante que proceda a essa instalação, de

acordo com o enquadramento arquitetónico que é previsto na obra. -----

-----Estas recomendações foram todas votadas unanimemente por todas as forças políticas na Assembleia de Freguesia de Gondar, apresentadas pela Presidente da Assembleia de Freguesia de Gondar.” -----

-----Submetidas a votação, as propostas de recomendação foram aprovadas por unanimidade. Encontravam-se presentes 49 membros dos/as 53 que compõem a Assembleia Municipal.-----

-----**O senhor deputado Estefânio Pinto, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte declaração de voto:** -----

-----“Declaração de voto -----

-----Votamos a favor este ponto, pois obviamente concordamos com as necessidades identificadas pelo Senhor Presidente da Junta de Gondar e com a necessidade de execução de obras que resolvam os problemas das pessoas.-----

-----Porém, importa esclarecer: -----

----- - Todos os assuntos aqui elencados, foram, no seu devido tempo, articulados com o Senhor Presidente de Junta. -----

----- - Nem todos tiveram a melhor articulação, dada a falta de capacidade de negociação do Senhor Presidente da Junta com os restantes envolvidos. -----

----- - Face a essa dificuldade, a Câmara Municipal teve, inclusive, de assumir a liderança do processo, por forma a obter o acordo necessário com terceiros; -----

-----No caso dos acessos ao parque de Larim, até à data, ainda não se logrou pela posse efetiva do terreno;-----

----- - É do conhecimento do Senhor Presidente de Junta que já está em concurso o alargamento do Pontão da estrada de Vilela/Vila Seca, e que esse é o primeiro passo para que se conclua a reabilitação de todo o arruamento, e, refira-se, que, mais uma vez, foi a Câmara Municipal que logrou a cedência do necessário terreno;

----- - E que a pavimentação não foi ainda realizada, pela necessidade de concluir toda aquela rede de saneamento a montante, aliás, assunto que o Senhor Presidente da Junta recentemente reclamou nas redes sociais e na comunicação social;-----

----- - Nos acessos à Praia de Larim, não é verdade que vão ser demolidas as casas de banho existentes, e, portanto, não se compreende a recomendação do senhor Presidente da Junta para que sejam construídas umas casas de banho, quando elas já existem. A não ser que não queira assumir o seu papel na manutenção daquele edificado, construído em bom tempo pelos executivos anteriores a si;-----

----- - De referir também que todos os projetos foram sempre do conhecimento do Senhor Presidente da Junta e que, caso se tenha esquecido, existe um vereador com o pelouro das freguesias (mas não se deve ter esquecido, porque frequentemente vem à Câmara Municipal reunir com o Senhor Vice-Presidente), sempre disponível para esclarecer toda e qualquer dúvida que exista;-----

----- - Acrescentaria ainda que, numa das dúvidas que surgiu ao senhor Presidente da Junta e que apresentou por correio eletrónico, disponibilizamo-nos para o esclarecer, mas o senhor Presidente da Junta optou por vir a esta Assembleia propor que seja apresentada uma recomendação à Câmara Municipal ao invés de reunir com os técnicos. Todos percebemos que não será a solução mais ágil, mas para quem gosta de parangonas políticas, será certamente a melhor. São opções: o foco do senhor Presidente da Junta está na ação política e na propaganda, o da Câmara Municipal está na resolução dos problemas das pessoas.-----

-----Em suma, votamos favoravelmente estas recomendações, pois deste modo permitiu-nos esclarecer o ponto de situação de tão importantes intervenções e também demonstrar que o executivo está atento aos problemas e a trabalhar afincadamente na sua resolução.”-----

-----O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gondar, Hugo Vaz, usou da

palavra, em defesa da honra, proferindo a seguinte intervenção: -----

----- De todas estas situações que aqui foram apresentadas, a primeira foi uma petição pública, que não tem a ver com a minha incapacidade de negociação ou com a minha falta de articulação com os gondarenses e, portanto, estar a dizer que eu não conversei com os técnicos, é mentira. O projeto foi alterado, já vai na segunda versão. O senhor Eng.º Estefânio afirmou que eu disse que as casas de banho iam ser demolidas e que isso era mentira, mas é verdade, porque o projeto que nos foi apresentado e que nós assinamos, prevê isso. Portanto, é mentira o que foi dito sobre as minhas palavras.”-----

-----Seguidamente, deu-se início ao período para tratamento de assuntos de interesse geral do Município (n.º 3, artigo 17.º do Regimento). -----

-----Inscreveram-se para usar da palavra:-----

-----**O senhor deputado José Araújo, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“O assunto que me traz aqui foi-me colocado pelos habitantes de Mancelos, principalmente os mais idosos e os reformados, que vivem e são servidos pela estrada municipal número 565. -----

-----Durante o período escolar, estes cidadãos têm autocarro de Vila Meã para Amarante, um às 7h15, outro às 14h30 e outro, ainda, às 14h47. Terminado o período escolar, o autocarro das 7h15 deixa de existir, sendo que só há um autocarro, que começa na estação de Vila Meã e acaba em Amarante. No entanto, vai por Salgueiros, Real, penso que vai a Cruz, depois segue por Manhufe, Fregim e acaba no Terminal Rodoviário de Amarante. Deste modo, as pessoas daquela área não têm acesso a esse transporte, o que também acontece ao sábado, principalmente quando as pessoas querem vir ao mercado.-----

-----Portanto, estes habitantes sugerem duas hipóteses. Uma delas é que o do

tal horário das 07h15, após período escolar, passe por Água Nova e depois retoma o percurso por Manhufe e vem até Amarante. Ou então, no mesmo horário, o autocarro que começa na Água Nova e vem logo para Amarante, poderia passar na Cruz, em Felgueiras, ir a Água Nova e vir até Amarante. Nós estamos contentes, obviamente, por termos transportes gratuitos, mas é necessário que eles passem onde e quando as pessoas mais precisam.” -----

-----**O senhor António Brandão, Presidente da Junta de Freguesia de Ansiães, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Eu também venho falar de mobilidade, mas uma mobilidade diferente. É a mobilidade de todos quantos utilizam o IP4 e que se deparam, há três ou quatro meses a esta parte, com uns avisos luminosos a dizer que o IP4 está cortado, entre Ansiães e Campeã. É verdade, está cortado há quatro meses. E eu, porque as pessoas têm reclamado, ontem, fui ver o que se passava e consegui descobrir «o local do crime», o local da avaria. E constatei umas fitas vermelhas a cortar a estrada e não vi mais nada, a não ser uma pequena deformação no pavimento. -----

-----Não vi obras, nem pessoal, nem máquinas. Os automobilistas de Ansiães que querem ir para Vila Real, ou saem na pousada e seguem pela EN15, até Campeã e ali entram novamente no IP4, ou têm que vir a Amarante, entrar na A4, e seguir até Vila Real. Não sei se será um incentivo à utilização do túnel, ou o que é que se passa. Não sou técnico, naturalmente, mas não me parece que aquilo seja uma obra demasiado dispendiosa. -----

-----E a minha questão é - sabendo eu que a Câmara Municipal não tem intervenção naquela obra, porque aquilo é da responsabilidade da Infraestruturas de Portugal -, pergunto ao senhor Presidente da Câmara se tem alguma informação adicional, que nós não tenhamos? Se as obras vão ser feitas? E quando é que se retomará a normal circulação no IP4?” -----

-----**O senhor deputado Vítor Briga Rei, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Vou falar precisamente sobre a questão do IP4. Em primeiro lugar, dizer que, efetivamente, é um transtorno para todas as pessoas que querem passar no IP4, não só quem vai por Ansiães, por Candemil ou por Aboadela, mas também para quem vai daqui, de Amarante. Eu também utilizava muitas vezes o IP4 e, de facto, deve ser um transtorno. E, nem a propósito, hoje, a Infraestruturas de Portugal anunciou que a obra irá começar em breve. Vai durar dois meses, pelos menos, segundo o que a Infraestruturas de Portugal anunciou. Apesar de não se ver o que está em causa, tratar-se-á de um problema relativamente grave, que tem a ver com umas passagens hidráulicas.-----

-----Não sei se foi por ter mudado o Governo ou não, mas as coisas já começam a mudar.”-----

-----**O senhor deputado José Joaquim Teixeira, do grupo político municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Inicio esta intervenção no período antes da ordem do dia, para voltar a falar do Trilho do Vau e solicito a sua atenção, senhor Presidente da Câmara, para cinco questões que vou aqui apresentar:-----

-----1. Vou notando, porque sou frequentador assíduo deste trilho, que é utilizado por bicicletas e trotinetes. O Trilho do Vau, pelo grande valor ambiental que ostenta e pelo seu traçado e perfil, devia ser, única e exclusivamente, um trilho pedonal e interdito à circulação destes veículos.-----

-----2. A limpeza e corte de mato não pode ser feita a esmo. Deve-se fazer uma escolha consciente, pela limpeza ecológica, para não causar danos num território riquíssimo em biodiversidade.-----

-----3. Existem algumas zonas do trilho que necessitam de algumas reparações

ou restauro ambiental em pequenos territórios, que sofreram dano causado pelo impacto da ação humana. -----

-----4. No final do trilho, em Gatão, as obras de construção deste equipamento ainda não foram concluídas. Para quando a finalização das mesmas? -----

-----5. Para quando a elaboração do plano de emergência deste e de todos os trilhos existentes no concelho de Amarante? -----

-----Mudando para um assunto mais breve, mas também relevante, no novo edifício do Cineteatro existe um painel informativo, que não foi assim tão barato quanto isso, para a promoção dos eventos realizados no edifício e que só funcionou no dia da inauguração. A pergunta que se impõe, face a esta situação bizarra, é qual a razão para o painel não funcionar?" -----

-----**A senhora deputada Ercília Costa, do grupo político municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----"Na quarta-feira, «as trevas» ameaçaram Amarante. A escuridão do céu era um prenúncio de raios e coriscos, de muita chuva, quiçá um «prenúncio de morte».

-----Não demorou muito tempo para que a «revolta» começasse. Encontrava-me perto do tribunal, a caminho da Biblioteca Albano Sardoeira, quando por mim passa o grito de Edvard Munch, grito arrepiante que me deixa assustada. Esse grito era um aviso do que iria acontecer, a revolta dos livros por estarem num espaço abandonado, descuidado, esquecido e desvalorizado. -----

-----Esbarram comigo várias personagens. De frente, dou com a Alice, que ficou retida nas trevas e não caiu na toca do coelho. A Fada Oriana não quer mais ser fada, porque as fadas vivem em mundos encantados. «Os Cinco» separaram-se e não voltarão a juntar-se, e o Príncipe Encantado não foi ao encontro da Branca de Neve. A «Dama» perdeu-se do «Vagabundo» e o Astérix não participou nos jogos olímpicos.

-----

-----Muitas outras personagens desfilaram comigo. Querem voltar às carrinhas itinerantes da Fundação Calouste Gulbenkian, porque querem fugir das trevas onde se encontram e manter as suas histórias. -----

-----Se isto não fosse ficção era o fim dessas belas histórias. Mas a ficção fica por aí, porque o estado da biblioteca é uma triste realidade, que envergonha os amarantinos e Amarante. -----

-----Várias vezes aqui solicitamos que a autarquia a recupere urgentemente, mas nada acontece. -----

-----Recentemente, a revista Amarante Magazine alertou para a situação e deu a conhecer que a chuva que cai no espaço BMAS, conhecido como depósito, já provocou a destruição de livros de Ilídio Sardoeira. -----

-----Sinto-me como Sísifo, que, por muito que role a pedra até ao cume da montanha, nunca consigo que lá permaneça. -----

-----Para quando as tão necessárias obras?-----

-----Outras questões, Senhor Presidente da Câmara: -----

-----A escultura da Viola Amarantina, que esteve colocada na rotunda de acesso ao Arquinho, já está a embelezar algum jardim, ou praça, ou ainda está nos armazéns da Câmara?-----

-----O elevador de São Gonçalo está pronto, mas ainda não está em funcionamento. Qual o motivo? -----

-----O elevador do Parque do Ribeirinho, sendo um elevador de corrimão, penso que será necessário alguém abrir a plataforma e entregar o comando. Como vai ser operacionalizado o funcionamento de acesso à Rua António Lago Cerqueira e o acesso ao parque?-----

-----A Câmara Municipal criou recentemente uma equipa multidisciplinar para as questões das pessoas com deficiência e não se percebe como são avaliados alguns



equipamentos que são colocados para as acessibilidades.”-----

-----**O senhor deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Eu não sei fazer versos, nem prosa poética, como fez aqui a senhora deputada. Mas também me preocupo com os problemas e lembro-me que, quando a biblioteca foi feita, falou-se muito, inclusive nesta Assembleia Municipal, sobre os problemas estruturais que aquele edifício teve, desde o início. E também sei que, como diz um ditado popular, «o que nasce torto, tarde ou nunca se endireita». Eu espero que ainda se possa endireitar. Sei que existem alguns constrangimentos, mas não chove lá dentro, como se diz por aí. Mas eu queria fazer-lhe uma pergunta, senhora deputada: nessa altura, quando se falou aqui nos problemas estruturais do edifício, desde o início da construção - e a senhora deputada era membro desta Assembleia -, disse aqui alguma coisa sobre isso, a criticar esses problemas estruturais?”-----

-----**A senhora deputada Ercília Costa, do grupo político municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Não sou arquiteta, nem sou engenheira. E se, na altura, havia esse problema, não é impeditivo de, agora, quando temos a biblioteca naquele estado, fazer a minha intervenção, acho que tenho direito à minha opinião. O que não é razoável - não é verso, nem é poesia, porque eu sou professora de língua portuguesa e, naturalmente, conheço os contos, as fadas e o mundo mágico da literatura - e o que eu não aceito, como cidadã amarantina e como professora, é que um espaço de conhecimento e de cultura esteja naquele total abandono, estou certa de que haverá uma solução, que tem de ser imediata. Porque o senhor Presidente vai-me dizer que eu tenho razão, como já me tem dito, *que aquela biblioteca já não responde às necessidades do presente, muito menos às do futuro*, mas o importante é que aquele

equipamento seja valorizado e dignificado, gastando muito ou pouco. Agora, que aquilo assusta, que aquilo entristece, eu tenho a certeza de que todos vocês pensam nisso quando passam por aquele edifício. Quem, aqui, nesta sala, pensa o contrário? Quem, aqui, nesta sala, iria encaminhar para lá um filho ou um aluno – e eu já usei aquela biblioteca quando estudei, usei-a com muito prazer. Qual é a segurança dos próprios trabalhadores, em termos de saúde, com aquelas humidades que há por lá? Pelo menos, nas fotografias que vi na Amarante Magazine, quero crer que tenham um fundo de verdade, porque efetivamente já se lá vêem algumas coisas. Eu não quero crer que os presentes nesta sala não concordem com a reparação ou restauro daquele espaço, que deve ser dignificado. Não há outra alternativa, penso eu.” ----

-----**O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar Jorge, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Relativamente às questões que me foram colocadas, agradeço a chamada de atenção relativamente aos transportes, irei ver o que se pode fazer e depois procurarei transmitir a possibilidade de restabelecer estes itinerários. Com certeza que temos aqui um problema entre o período escolar e fora do período escolar. ----

-----Sobre a questão colocada pelo senhor António Brandão, Presidente da Junta de Ansiães, a única coisa que eu sei é que há um problema numa passagem hidráulica e que ameaça abatimento. Por isso é que encerraram a via, comprometendo-se a que, no último trimestre, seja reestabelecida a circulação. É a única coisa que sei e espero que cumpram, porque é um grande transtorno. -----

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado José Joaquim, sobre o trilho do Vau, já não é a primeira pessoa que me fala do constrangimento das bicicletas naquele espaço. Acho que temos que avaliar isso e definir no regulamento a restrição à passagem das bicicletas nesse mesmo espaço. No restante, fez aqui algumas considerações sobre a limpeza, mas julgo que estará a ser limpo

convenientemente. Temos uma empresa que já faz esse trabalho. Até à presente data, não me chegou nenhuma nota sobre isso, mas poderei mandar verificar. Quanto a reparações, retirando aquela parte final do trilho, a parte da praia da Senhora do Vau e da praia Aurora, há um problema por causa do caudal do rio. Repare que, ainda hoje, o nível das águas está alto. Portanto, temos um problema sério para resolver. Não vou estar a repetir-me sobre o problema grave que resulta da descarga de águas da barragem de Daivões, que causa oscilações súbitas do nível das águas. E isto vai continuar assim, sendo uma guerra que todos nós teremos de travar, no sentido de tentar resolver esta situação. No entanto, a solução para as duas praias, assim como o final do trilho, está contratualizado. Já levantamos a suspensão, mas, entretanto, ainda não conseguiram reparar, assim como no pontilhão. Mas vamos continuar a tentar, na medida do possível, logo que haja condições para isso. Eu julgo que o plano de emergência já estará tratado, mas vou confirmar.-----

-----Quanto ao cineteatro, julgo que já contei isso, neste momento, os técnicos já identificaram o problema. Está relacionado com a estabilidade da energia, pelo que vamos ter que reestruturar e, eventualmente, acrescentar algum equipamento. A Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto foi contratada para fazer um estudo integral, esperando ter brevemente informações mais concretas sobre a solução para resolver o problema. -----

-----Quanto à intervenção da senhora deputada Ercília Costa, apreciei muito o seu texto, gostei bastante, sendo certo que também já referiu aquilo que era suposto eu responder. Aliás, curiosamente, hoje, falei com a senhora diretora do Departamento de Cultura e com o arquiteto que está a fazer o estudo. Mas, deixem-me dizer uma coisa, isto é um problema estrutural, não tem a ver com os anos de vida do edifício. Nós temos muitos outros aqui, com muitos mais anos e que estão

em melhores condições. -----

-----Embora, permita-me que o diga, contratamos agora uma empresa especializada para nos dar resposta. Tem havido pressão de pintar aquilo, mas tem um reboco de saibro e de cal viva, o que quer dizer que, possivelmente dá para pintar. Tem de ser tudo retirado, tal como aponta o projeto, havendo já autorização da Direção-Geral do Património Cultural. Demorou muito tempo, mas conseguimos ter autorização para proceder às alterações. Depois, temos um problema que não conseguiremos resolver, sem fazer a drenagem daquele edifício. Contudo, nós não vamos fechar a Biblioteca, com certeza que não, e estamos a tentar encontrar soluções. Só por curiosidade, um dos problemas é que, antigamente, os mosteiros tinham água que caía diretamente na cozinha. Acontece que, neste caso, essa água estará por baixo. Uma das coisas que agora temos que fazer é retirar tudo e ver onde é que ela está, porque aqueles canos antigos estão danificados. Está muita coisa a ser feita, que demora algum tempo, mas vamos fazer tudo aquilo que o edifício merece. Também já definimos o programa funcional para o espaço exterior, que vai ter um anfiteatro. Eu não vou enganar ninguém e não devo mandar pintar as paredes para parecer bem e depois descascar tudo. Não o farei e assumo politicamente toda a crítica que me possam fazer. Quando iniciei funções, havia também um problema com a climatização em que, de inverno, as pessoas até levavam uma manta. E no verão era o inverso. Entretanto, esse problema da climatização ficou resolvido com um sistema AVAC. -----

-----Portanto, o telhado tem de ser mudado e já não acontece o que vem na revista. Se quisessem saber, podiam ter falado com os técnicos, com os ex-colegas e perguntavam. O telhado já não tem problemas. Teve um problema gravíssimo, porque o mesmo se moveu, precisamente por causa do seu peso. -----

-----Não vamos deitar aquilo abaixo, vamos fazer as obras de melhoramento,

porque aquele edifício merece. Aliás, a candidatura já está sinalizada, no âmbito do Portugal 2030. Será das primeiras obras a ser financiada pelo Portugal 2030, que já devia ter sido iniciado, mas ainda estamos à espera. Quero crer que avançará rapidamente. -----

-----Relativamente ao elevador de São Gonçalo, há muito tempo que ele está pronto e não abriu, porque eu não autorizo que ele abra. Nós tivemos um obstáculo, que tinha a ver com a questão da videovigilância, mas ali não precisamos da autorização de ninguém, porque é um sistema nosso, está num espaço interno. Já me deram a informação de que o problema está sanado e dentro de quinze dias, o mais tardar, já teremos o sistema a funcionar. Penso que aquele elevador vai ser muito útil, pelo menos para ir à cota alta, mesmo que seja para um edifício que está em mau estado, mas por dentro, pelo menos, ainda tem alguma dignidade. -----

-----A questão que colocou da plataforma, creio que tem lá um comando, mas vou pedir aos técnicos que ponham lá um manual de funcionamento. -----

-----Quanto à escultura da viola amarantina, ela está guardada, como já disse, e será colocada aquando das obras da Fábrica das Artes.” -----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Inscreveram-se para usar da palavra:-----

----- **A senhora Eduarda Cristina Teixeira Cerqueira de Miranda, que proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Tendo em conta a génese da criação da taxa municipal turística em várias capitais europeias, com o fundamento de travar o excesso do turismo, a criação de uma taxa municipal turística no concelho de Amarante parece prematura, uma vez que os dados disponíveis não permitem concluir que a cidade de Amarante tenha excesso de turismo, muito pelo contrário. -----

-----Mas, se temos dúvidas relativamente à aplicação desta taxa na cidade de

Amarante, temos certezas em relação à sua não aplicação nas aldeias isoladas, desertificadas e afastadas do centro da cidade. -----

-----Para as freguesias que distam a vários quilómetros do centro da cidade, 15km no caso de Ansiães, 30km para ir e voltar, a aplicação desta taxa é um autêntico absurdo. -----

-----O princípio para a sua aplicação não tem qualquer cabimento nestas freguesias. -----

-----O Regulamento 408/2024, publicado em Diário da República, na sua nota justificativa, permite definir o âmbito de sujeição desta taxa, referindo exclusivamente o turismo da cidade. O regulamento diz que a obrigatoriedade de continuar a assegurar Amarante como um destino de referência sustentável, prevenindo a degradação e a excessiva ocupação, implica que a cidade se ajuste e reforce nos seguintes níveis de atuação e competências diretos: segurança de pessoas e bens, limpeza, higiene urbana, sinalética e animação. -----

-----Ora, tal referência exclusiva à cidade leva-nos a crer que, no espírito da lei, não estaria a intenção de querer taxar a atividade turística nas zonas rurais de baixa densidade populacional, pois não têm nem degradação do seu espaço, nem excesso de ocupação. Antes pelo contrário, nós temos falta de população, senhor Presidente e senhores deputados, nós precisamos de mais gente nas nossas aldeias. Precisamos de medidas urgentes que nos ajudem a combater a desertificação do mundo rural e não de mais um entrave. Aqui, justifica-se a discriminação positiva. Como vamos explicar aos parques turistas que nos visitam o pagamento desta taxa e para o que é que ela serve? Onde é que está o saneamento básico? Em pleno século XXI, continuamos sem saneamento básico. E onde está a eficiente recolha de lixo? Porque continuamos a ver sofás, móveis, cadeiras, frigoríficos, colchões e outros objetos de elevado volume, semanas a fio, ao lado dos contentores de lixo, nas nossas

freguesias. É esta a imagem que queremos dar aos nossos turistas? É para isso que lhes vamos cobrar mais uma taxa? Falamos de aldeias que caminham a passos largos para a desertificação. -----

-----Caso nada seja feito pelos nossos representantes, o pouco que se vai investindo no espaço rural tem um retorno inferior àquele que é obtido no centro da cidade. -----

-----No entanto, não desistimos e teimosamente acreditamos que vamos conseguir, havendo ainda muito para fazer. -----

-----Trabalhem todos no mesmo sentido, senhoras e senhores deputados, não comparemos o incomparável, juntem-se a nós e ajudem-nos a travar a desertificação do mundo rural. -----

-----Exmo. Senhor Presidente da Mesa, o meu pedido era para que hoje se procedesse também à votação desta proposta, uma vez que será votado um pedido de isenção do Parque de Campismo e da Casa da Juventude. Portanto, que seja também contemplado o pedido de isenção a estas freguesias pelo facto de terem pouca população. Penso que faz muito mais sentido uma isenção para estas freguesias do que noutras situações.” -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou a munícipe de que as alterações aos regulamentos não podem ser feitas por iniciativa do público ou da própria Assembleia Municipal, que, embora tenha competência para os aprovar, só o pode fazer sob proposta da Câmara Municipal. -----

----- **O senhor António Adelino, que proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Tive um sonho. Não o de Luther King. Encontrei-me com o falecido cantor Zeca Afonso, autor da canção Grândola, que tem um verso que diz que *o povo é quem mais ordena*. -----

-----E eu disse-lhe: - Ó Zeca, em Amarante nem participar, quanto mais ordenar!

-----E ele respondeu: - Pois é, a tradição já não é o que era.-----

-----Não sei se entende, senhor Presidente, a Águas do Norte vem como o bicho papão, que tem de fazer canalizações novas... Isto é uma coisa sem nexos, o senhor sabe muito bem, que o preço do saneamento é indexado ao consumo da água. Inclusive, a Câmara Municipal também é prejudicada. Eu pergunto-lhe se aqueles locatários que não têm saneamento têm de pagar pelo mesmo? -----

-----A meu ver, a solução seria que, onde as pessoas captam a água, ter um contador, apesar de não terem de pagar a própria água, depois indexavam o valor do lixo e do saneamento. Aí seria um preço mais justo. -----

-----Sobre as passadeiras, não sei se já estão iluminadas. Recorda-se de, no primeiro mandato, logo nas primeiras assembleias, eu estive cá e falei-lhe de uma senhora, sua apoiante, que dizia que o senhor Presidente estava a pensar fazer uma passagem aérea? No caso da passadeira da ponte, não é viável uma passagem inferior, tal como do outro lado? São vinte metros. Não digo que seja um passadiço em madeira, mas em metal, a contornar e a ligar o jardim. -----

-----Já agora, aproveito para o felicitar, porque este fim-de-semana fui ao trilho do Vau e aquilo está espetacular. -----

-----Uma outra questão, fui recentemente à ponte de arame e vi que está praticamente concluída. Mas subi até Rebordelo e os acessos continuam por acabar. Até quando?" -----

-----**O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar Jorge, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----"Respondendo à questão levantada pela senhora Dra. Eduarda Miranda, dizer-lhe que é uma opinião que temos de respeitar. Quando concebemos a taxa turística foi a pensar exatamente em ajudar os territórios de baixa densidade. Como sabe, nós temos feito um esforço no sentido de trabalhar a questão da baixa



densidade, desde os trilhos, as zonas para acolhimento de atividades económicas, para ver se conseguimos fixar as pessoas; ainda esta semana, assinamos o protocolo com o governo, por causa da habitação e muitas delas vão ser espalhadas pelas freguesias de baixa densidade. Vamos inaugurar os trilhos, em setembro, na zona do Marão. Enfim, muitas outras coisas que temos vindo a desenvolver, no sentido de chamar e fixar as pessoas nas freguesias de baixa densidade, com uma série de equipamentos que vamos desenvolver nesses territórios, exatamente para os tornar mais agradáveis e mais atrativos. As freguesias têm agora uma verba alocada no orçamento municipal, no montante de 5.000€, para atividades culturais, para que possam também ajudar a ter um olhar diferente para esse território, valorizando aquilo que são os recursos, tanto os culturais como os endógenos que cada freguesia possa ter. Quando se pensou na taxa turística, pensou-se num valor que também vai para as freguesias trabalharem a questão do turismo, até porque os senhores e as senhoras presidentes de junta fazem um trabalho inexcelável, quer na limpeza e manutenção, quer em pequenas reparações que vão fazendo, mas falta-lhes, por vezes, alguns recursos para pequenas coisas, por exemplo, para criarem uma noite diferente, um arraial, enfim, aquilo que entenderem que devem trabalhar. O dinheiro vai para as juntas de freguesia, porque elas fazem um bom trabalho e eu sinto um orgulho muito grande, por saber que, na última década, tem havido um crescimento exponencial de turistas na região. E alguns deles ficam tão encantados que até querem comprar habitação para se fixarem em Amarante. Portanto, queremos ser consequentes com aquilo que é a política de investimento que o privado faz na baixa densidade e também queremos acompanhar esse investimento. E fazemo-lo, tentando, na medida do possível, melhorar algumas acessibilidades, trabalhando a questão da recolha de resíduos de que falei, porque quando aqui dizia que os monstros estão espalhados pelas ruas, isso é por falta de civismo, porque, tanto a

Câmara Municipal como as juntas de freguesia já estão a trabalhar nesse sentido, bastando a qualquer munícipe fazer uma chamada que a Câmara Municipal vai buscar a casa das pessoas, não precisam de colocar nada na beira da estrada. As juntas de freguesia estão a desenvolver espaços adequados, exatamente para os resíduos verdes, para os monstros e para os resíduos da construção civil, para que não o espalhem pelas nossas serras. -----

-----A questão não é o centro da cidade, obviamente que o centro da cidade também traz gente ao território, que depois vai para as freguesias, porque hoje, cada vez mais, temos um turista mais amigo do ambiente, para quem a serra é algo diferenciador. Esse dinheiro serve para que as juntas também possam criar algumas atividades diferenciadoras. É pouco, é certo, mas é melhor que nenhum e mais tarde se avaliará a possibilidade de aumentar esses valores, para criarem eventos de referência. É nisso que eu acredito e é nisso que nós apostamos. Eu e os senhores vereadores, que também acompanharam este processo, porque acreditamos que o turismo em Amarante e de todo o território de baixa densidade tem de ter uma diferenciação positiva, a nível de investimento. E é por isso que eu não vou acolher a sua proposta. Respeito-a muito, mas julgo que a nossa proposta também pode ser interpretada desta forma. -----

-----Quanto às questões suscitadas pelo senhor António Adelino, começo pelo saneamento. Como sabe, o saneamento e a água são tutelados pela Águas Norte, e assim vai continuar, até um dia termos capacidade de rescindir, como é vontade de todos, mas isso demorará algum tempo. Neste momento, está a ser negociado com a Águas do Norte a questão de novas condutas e nova rede, no concelho. Porque o Município de Amarante, não a Águas do Norte, tem, no âmbito do Portugal 2030, cerca 3.000.000€. E numa negociação, aqui mesmo, nesta mesa, com a Águas do Norte, eu disse que não me importaria de duplicar o dinheiro, passar para

6.000.000€, sendo a Câmara Municipal a custear. Obviamente, com a vossa autorização, porque para o fazer os senhores terão de votar a questão do empréstimo, porque nós temos de ter muito mais rede do que temos neste momento. Há muitas necessidades que já estão evidenciadas, quer pelos senhores presidentes de junta, quer pelos técnicos da Câmara Municipal. Os 6.000.000€ não vão resolver o problema, seria necessário cerca de 12.000.000€, mas, com metade, pelo menos, julgo que o iremos resolver o problema. Os técnicos estão a definir as prioridades, para mais tarde negociarmos com a Águas do Norte. Mas, volto a dizer, é o Município de Amarante que vai fazer o investimento, não sei se através da Águas do Norte, é uma questão que me falta saber, se podemos fazer um acordo e eles fazerem a obra ou se podemos ir à banca e não contar para a capacidade de endividamento. -----

-----Quanto à ponte de arame, ela está pronta. Há aqui uma questão de segurança que agora estamos a trabalhar, que são as proteções. Conjuntamente com Celorico de Basto, decidimos fazer as proteções de segurança e também já temos o projeto de novos acessos, que vão ser na lateral, para rapidamente podermos inaugurar, o que deverá acontecer, em princípio, em agosto, segundo sei. É mais uma infraestrutura que Amarante vai ter dentro de poucos dias.” -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

-----O senhor presidente da Assembleia Municipal fez a leitura em voz alta da ordem do dia, passando-se de imediato à sua apreciação. -----

-----Lembrou que a todos os pontos se aplicavam os tempos referidos na grelha B.-----

**1. Relatório de atividades e situação financeira do Município** – Para conhecimento; -----

-----Inscreveram-se para usar da palavra:-----

-----**O senhor deputado Pedro Ribeiro, do Grupo Político Municipal do PS,**

**proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Antes de entrar nas questões específicas sobre este ponto, eu gostaria de fazer algumas observações sobre as Festas do Junho. Eu acredito que o programa poderia ter sido muito mais ambicioso, aproveitando melhor os espaços importantes da cidade e evitar a concentração excessiva em certos locais e tornar a festa mais apelativa. Falo, por exemplo, da zona do Arquinho e até mesmo da zona da nova Avenida General Silveira. Este ano, especialmente, com um feriado a meio, tínhamos oportunidade de ampliar o programa, oferecendo mais espetáculos musicais e culturais, promovendo também eventos que celebrassem as nossas tradições do Junho, em diversos pontos da cidade. Eu acredito que conectar melhor a zona central da nossa festa com as pessoas é essencial e, no futuro, devemos considerar novas formas de tornar as nossas festas mais dinâmicas, inclusivas e abrangentes. -----

-----Relativamente às questões, a primeira tem a ver com o infantário de Real, em Vila Meã. Em 2015, foi comprada a casa e o terreno para alargamento da atual escola do primeiro ciclo de Real, com vista à constituição de mais salas e a abertura também de salas para o pré-escolar, pois a escola tem as suas limitações, com uma taxa de ocupação superior ao normal, obrigando até que a biblioteca funcione como sala de aula e havendo necessidade de vagas no pré-escolar. A questão que lhe colocou, em que fase se encontra este projeto e para quando está prevista a execução do mesmo? -----

-----Quanto à segunda questão, tive a informação de que as piscinas municipais, uma hora abrem, outra hora encerram e caminhamos para um período de verão, onde a afluência é maior. Gostava que nos dissesse qual é o motivo para esta situação e se já está ultrapassado o problema? -----

-----A terceira questão tem a ver com o projeto «laboratório vivo e turismo sustentável», no Rio Olo, um projeto cujo valor é de quase 350.000€. E o que

pergunto é: quais são as conclusões deste projeto e os benefícios deste projeto, principalmente para as freguesias banhadas pelo Rio Olo? -----

-----Uma última questão, relacionada com a estrada que faz a ligação da Costa Grande a Fridão, onde a reposição da via, depois de intervenção, por parte das Águas do Norte, deixa muito a desejar. A estrada ficou com altos e baixos e temos que andar ali quase num ziguezague. Repor apenas o pavimento nas áreas afetadas não é uma solução, a solução provavelmente será mesmo uma pavimentação total. Pergunto se esta situação já está a ser tratada e se está prevista alguma intervenção de fundo nesta estrada, até porque é uma estrada bastante frequentada pela população da margem esquerda do Tâmega?" -----

-----**O senhor deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----"Eu não vou fazer perguntas ao senhor Presidente. Venho felicitar a Câmara Municipal, começando pelas Festas do Junho. Na minha opinião, acho que correu muito bem. Aliás, eu tenho sempre o cuidado de falar com as pessoas e, por exemplo, quanto à alteração do local para as marchas, todas as pessoas com quem falei gostaram e acharam bem. Até porque, como sabem, para o ano, já não podemos fazer eventos no Campo da Feira, por causa da entrada em funcionamento do novo equipamento da Santa Casa da Misericórdia. Também estava muito mais gente este ano nas festas, do que no ano passado. -----

-----O programa é um programa, as pessoas lembram-se de como era antigamente – o senhor não, porque é muito novo - hoje as Festas do Junho têm muito mais gente; estava um mar de gente em Amarante, não tem nada a ver com as festas do passado, porque se incrementou a Feira do Gado, as próprias marchas populares e outros eventos. Portanto, na minha opinião, acho que correram muito bem. -----

-----Depois, queria também felicitar a Câmara Municipal por outros eventos que também foram um sucesso, nomeadamente, o Rali Terras D'Aboboreira e o Rally de Portugal. Mais recentemente, o "UVVA", um certame muito importante, quer para Amarante, quer para a região, porque promove a produção de vinho verde e a sua comercialização. É um evento, além de tudo, muito bem organizado e de muita qualidade e que só nos pode orgulhar. Porventura, dos melhores eventos, neste âmbito, a nível nacional.-----

-----Portanto, todos estes eventos têm um grande impacto, não só a nível local, como a nível nacional e internacional, o que é sempre bom para a nossa terra."-----

-----**O senhor deputado Vítor Briga Rei, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----"Eu também não venho colocar qualquer questão, mas acho que merece ser realçado, de facto, o trabalho que o Município tem vindo a fazer, relativamente às políticas de habitação. Se verificarmos a informação que consta deste relatório, o investimento é muito elevado e será feito maioritariamente fora do centro da cidade, na senda daquilo que o senhor Presidente da Câmara, há bocadinho, dizia, relativamente à taxa turística. Portanto, será um investimento bastante elevado, nalguns casos em freguesias que distam bastante do centro da cidade.-----

-----Por isso, quero aqui parabenizar a Câmara Municipal por já ter assinado o protocolo com o governo, garantindo na semana passada, o valor para construir habitações, o que mostra que, de facto, as coisas estão a andar."-----

-----**O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar Jorge, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----"Começo já pela habitação, porque, como sabemos, estamos num período muito complicado, naquilo que tem a ver com a área da construção, que se debate com a escassez de recursos humanos. E já agora, dar-vos nota de uma crítica que

eu faço a estes protocolos, que têm desigualdades, motivo pelo qual já manifestei a minha insatisfação, relativamente a isso. Ou seja, o preço da construção por metro quadrado é diferente, de território para território. Enquanto aqui é 1.270€/metro quadrado, por exemplo, em Famalicão, é a 1.400€, e, no Porto, julgo que será 1.600€. Ou seja, é diferente, pelo que, ao abriremos um concurso, o empreiteiro verá onde tem maior retorno. O tijolo aqui custa tanto como no Porto ou em Famalicão; a mão de obra também custa o mesmo, mas o valor que lhe é pago por metro quadrado é diferente e, por isso, fico um bocado apreensivo relativamente a esta questão do interior. Temos aqui medidas diferentes, ou dimensões financeiras diferentes. De qualquer maneira, vamos fazer um esforço para que se possam realmente fazer as habitações e esperar que, quando abriremos concurso, possamos ter empresas que queiram concorrer. Julgo que é uma necessidade premente, num território como o nosso, mas vamos ver. -----

-----Relativamente à questão que me foi colocada pelo senhor deputado Pedro Ribeiro, sobre as Festas do Junho, há sempre mais a fazer nas festas da cidade. Acho que é um desafio que é aplicado a todos nós, que temos responsabilidades, e devemos tecer críticas no sentido de apontar melhorias a fazer, porque estas festas são nossas, são de todos nós; não é da Câmara Municipal, é dos amarantinos e, portanto, acho que é um orgulho para nós quando elas correm bem, como seria uma tristeza muito grande para todos nós, se corressem mal. E digo-lhe já a primeira nota negativa, é a Feira do Gado. Acho que é uma iniciativa que se deve manter, porque temos de respeitar algumas tradições, mas não naquele sítio. Temos de escolher outro sítio, não perguntem qual, mas se me derem uma solução, eu agradeço. Um sítio que tenha sombra e tenha capacidade para que as pessoas possam ter ali algum conforto, coisa que não é possível, lá em cima. E vamos ter outro problema, como disse aqui o senhor deputado António Araújo, que dava nota de que vamos deixar de

poder usar o espaço do Campo da Feira. Julgo que resultou bem, a ideia de passar as marchas pela cidade toda, embora ache que há aspetos a melhorar, se calhar pôr mais bancadas. Quanto ao Alameda Fest, no próximo ano, vamos ter de improvisar um local, uma vez que a Alameda vai estar em obras, pelo que agradeço eventuais sugestões que possam dar, no sentido de minimizarmos o impacto e que os amarantinos e todos aqueles que nos visitem fiquem agradados com as festas. Já agora, deixo um desafio, que é o de retomar o concurso vestido de chita. Não sei se se recordam, mas era fantástico, pelo que faço o desafio a esta sala, para se organizarem e apresentarem uma proposta, que a Câmara Municipal ajude a financiar.-----

-----Relativamente ao infantário de Real, está sinalizado para financiamento, no âmbito do Portugal 2030, onde estão previstas três escolas (Lomba, e Torreira). Logo que abram as candidaturas vão ser lançadas as três. O pré-escolar também pode avançar, logo que tenhamos o contrato assinado. Portanto, a esse nível, temos de esperar pelos quadros comunitários. Quero que percebam que não temos capacidade de avançar com estas obras, apesar de haver capacidade de endividamento. O problema é que não temos capacidade de pedir tanto dinheiro para fazer essas obras, porque há uma regra, neste caso, são os 40%. Nós não conseguimos estar nas estradas e fazer estas infraestruturas. Havendo um contrato assinado, nem que seja de cem euros, já conseguimos pedir o dinheiro para poder avançar. Percebam, por exemplo, hoje propomos a aprovação do empréstimo para a requalificação da Alameda Teixeira de Pascoaes, em que nós decidimos avançar para que esta obra possa estar pronta em tempo útil. A questão é que a mesma depois vai ter financiamento. Agora temos capacidade para este montante, mas, com as escolas, não tínhamos para esta e todas as outras. Por isso é que eu digo, é toda uma lógica de gestão financeira. Isto não é má vontade, não é incapacidade, é mesmo uma



questão burocrática. -----

-----Relativamente às piscinas, o que acontece é que sempre que um resultado das análises da água não esteja nos parâmetros estabelecidos, a delegação de saúde obriga a encerrar e a fazer contra-análises para ver se está tudo em boas condições. Enfim, tem de se fazer um processo de limpeza para elas reabrirem. Eu acho que, por vezes, há excesso de zelo, mas temos de respeitar, porque há uma entidade que regula esta situação. E é por isso que elas abrem e fecham, sem que tenhamos responsabilidade.-----

-----A questão do projeto para o rio Olo é algo que é muito caro. Está pronto para avançar, mas precisamos de financiamento. Eu tenho falado com a APA sobre a necessidade de financiamento, deste e de outros projetos. -----

-----Se calhar vão dizer que ando a falar nisto há dois anos, mas o que é certo é que não temos quadro comunitário de apoio, há três anos. Como sabem, o Portugal 2030 já devia ter iniciado há três anos. No próximo dia 5 de julho, vamos ter uma reunião da CIM-TS, não sei o que vai ser dito, porque ainda não tenho informação.

-----Sobre a estrada de Fridão, a informação que tenho é que o pavimento será repostado novamente, uma vez que o que está feito é provisório, na eventualidade de não regularizarem o pavimento, vamos ter que reclamar junto das Águas do Norte.”

-----**O senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Eu não fazia tenção de falar neste ponto, mas, atendendo às explicações do senhor Presidente da Câmara, entendi que deveria cá vir e fazer, não uma pergunta, como disseram os senhores deputados do PSD, mas fazer duas constatações. -----

-----A primeira – e é com alguma pena que eu vou dar a notícia ao senhor deputado Vítor Briga Rei - é que a Câmara Municipal não vai construir essas casas todas, que o senhor disse. E não vai fazer, por dois motivos: primeiro - o senhor

Presidente já o disse -, é que não vai haver empreiteiros que estejam disponíveis para fazer estas obras todas, neste curto espaço de tempo que temos. Segundo, nós andamos a marcar passo - e não foi por falta de aviso -, desde 2021 até esta parte, em que nós estávamos atrasados na implementação da estratégia local de habitação e na implementação também do primeiro direito.-----

-----A segunda constatação é que nós também ficamos a perceber que - enfim, as prioridades do Município são legítimas, mas devemos registá-las - é mais importante construir ou gastar 1,2M€ ou 1,3M€ na Avenida General Silveira e é mais importante gastar 2,3M€, na Alameda Teixeira de Pascoaes, em vez de investir nas escolas, quando a educação deveria ser um pilar importante, uma prioridade para o executivo municipal. Também não foi por falta de aviso, nomeadamente no Jardim de infância de Real, em que gerações e gerações de alunos continuam a ter aulas em contentores, sem recreio e em espaços que não são dignos para a função educativa.”

-----**O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar Jorge, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Quero esclarecer o senhor deputado e dizer-lhe que está errado, porque nós trabalhamos, há muito tempo, naquilo que tem a ver com a habitação. Inclusive, abrimos concursos públicos para garantir que a questão da arquitetura pudesse ser feita em tempo útil, porque somos muito ambiciosos. Se calhar, muito mais ambiciosos que muitos outros territórios. Portanto, eu estou perfeitamente à vontade até para comparar com alguns. E se o senhor deputado quiser aqui esclarecer algumas situações, pode perceber que realmente Amarante até é um bom exemplo nessa matéria. Agora, se realmente aqui o preço por metro quadrado é diferente de outros sítios, aí já não me compete a mim, mas acredite que a Câmara Municipal de Amarante vai fazer um esforço muito grande para cumprir com aquelas que são as necessidades mais prementes. Relativamente às escolas, deixe-me dizer-lhe e eu

tenho dito isto em muitas reuniões, vejam a miséria que é, Amarante ainda andar a fazer escolas - eu entrei e tive de fazer cinco escolas e ainda faltam três para encerrar o processo. Isto é que é lamentável, a Câmara Municipal de Amarante, nos últimos dez anos, estar a fazer escolas quando o QREN, como sabe, podia ter financiado estas escolas todas. Financiava o projeto, financiava a compra do terreno e financiava a execução das mesmas. Pena é que, na altura, não houvesse capacidade e não andassem da perna, para que realmente se pudesse ter executado essas obras. Mas queira saber, senhor deputado, que este cidadão, antes de se ir embora, vai ver as obras das três escolas que faltam a serem lançadas. E vão ser pagas com financiamento que conseguimos meter no Portugal 2030. Não vai financiar a 100%, como acontecia com o QREN, mas, ainda que seja a 50%, já não será mau. Relativamente às obras que aqui evidenciou, há uma coisa que lhe posso dizer, é uma questão de estar atento e se o senhor deputado marca aqui presença, devia ter capacidade para analisar aquilo que é o desempenho deste executivo, ao longo destes 10 anos. A obra da Avenida General Silveira, como sabe, também foi cofinanciada, julgo que já recebemos 600.000€ e espero que ainda recebamos mais. A Alameda Teixeira de Pascoaes também vai ser uma obra que vai ser feita - e deixe-me dizer, o senhor vem aqui, no fundo, implicitamente, fazer uma crítica a esta obra -, eu acredito que os amarantinos vão-se orgulhar dela. É uma obra emblemática, uma obra importante, em que vamos tirar daqui um parque de estacionamento e devolver uma praça aos amarantinos. Vamos dar a possibilidade desta praça interligar com o rio, deixando de estar de costas voltadas para o mesmo e vamos fazer também com que se aproxime esta praça do Mercado Municipal. Algo que o senhor não teve capacidade para chegar lá e ver realmente a necessidade do que é o desenvolvimento do território. Como é que se atrai gente para o nosso território? É com este tipo de investimentos, é com este tipo de visão, contratando bons arquitetos,

nomeadamente, Eduardo Souto Moura, autor do projeto. Eu tenho muito orgulho e quero dizer-lhes que espero poder lançar a obra a concurso, ou deixar ficar para quem se seguir a mim. Porque é uma obra estruturante, é emblemática e vai atrair muita gente ao nosso território. E esteja descansado que nós vamos conseguir financiamento para a mesma, para esta e para muitas mais. Porque o senhor sabe que o pouco dinheiro que tínhamos disponível para a reabilitação urbana, em que devíamos ter o PEDU e tivemos o PARU, só aí tivemos menos 6M€ para fazer investimento. Mas nós tivemos capacidade para colmatar isso, prevendo aquilo que viria a acontecer, fomos buscar 17 M€, só para a reabilitação urbana, porque este executivo trabalha, tem projetos e ambição e sabe o que quer para Amarante. E não venha aqui dizer que não temos capacidade. Capacidade não teve a autarquia para recorrer ao QREN, quando não souberam aproveitar o dinheiro, nem para a reabilitação urbana, onde tínhamos mais de 10 M€ que podíamos ter investido, mas apenas investiram 1,5M€, no Arquinho. Mas nós conseguimos ir buscar mais dinheiro, indo ao *overbooking*. As obras que Amarante precisa, no futuro, vão ser feitas, os projetos estão prontos e, à medida que conseguirmos capacidade para financiar, vamos executar, seguramente.” -----

-----**O senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Eu só queria vir aqui dar aqui duas notas, muito rápidas. A primeira é que o senhor confirmou aquilo que eu disse, senhor Presidente. De facto, a educação não é prioridade. Tudo o resto, uma obra emblemática de um arquiteto famoso, a obra da Avenida General Silveira, o MIMO, é tudo emblemático, a educação fica sempre para segundo lugar. O investimento é sempre uma situação muito mais complicada, e deixe-me dizer-lhe uma coisa, o QREN foi muito importante para a reabilitação de grande parte do parque escolar no país inteiro. E se não se fez tudo, fez-se pelo

menos alguma coisa, como os centros escolares que foram feitos aqui neste Município, no âmbito do QREN e no âmbito do Parque Escolar, no tempo do Partido Socialista. Agora deixe-me dizer-lhe mais, o QREN foi até 2010; de 2010 a 2020, foi o Portugal 2020; e, agora, de 2020 a 2030, o Portugal 2030. Portanto, o senhor está aqui há quantos anos? Não venha dizer que nunca houve financiamento que pudesse ser canalizado para o investimento e para a reabilitação das escolas. Isso é mentira. Não houve foi o pacote financeiro no âmbito do QREN e no âmbito do Parque Escolar. Agora houve capacidade de financiamento e o senhor teve outras opções. E digo, mais uma vez, que são legítimas. O exercício político é um exercício de tomada de decisões. E o senhor tomou umas decisões em detrimento de outras. Portanto, tem de saber lidar com elas e deixe-me dizer-lhe, quando o senhor quis fazer aqui alguns termos comparativos, deixe-me dizer-lhe e vou-lhe mostrar isto, no contador, que é um site que demonstra em que ponto estão os municípios, no âmbito do Primeiro Direito, e se quiser comparar com outros, nomeadamente aquele onde trabalho, eu mostro-lhe que esse Município está em 12.º lugar, a nível nacional.” -----

-----**O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar Jorge, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Eu agora percebo porque é que realmente não tiveram capacidade para fazer obras, no âmbito do QREN. Não sabiam e agora veio provar que não sabiam. O Portugal 2020, como sabe, não financiava a construção de escolas. E o senhor pergunta: - como é que o senhor Presidente conseguiu fazer cinco escolas? Eu vou-lhe responder. Porque, mal entrei, tive a capacidade de recuperar três escolas, nomeadamente a de Real, onde tive a oposição de alguém, só que, depois vem aquela máxima, mais vale alguma coisa do que não ter nada. O senhor sabia, na altura, que aqui nesta mesa, foi dito que não havia dinheiro para financiar as escolas. Portanto, nós tivemos a capacidade de, no âmbito do QREN, num prazo de três meses,

fazermos aquilo que ninguém achava possível. Fizemos projeto, lançamos concurso e adjudicamos a obra. Foi aprovado, em reunião de Câmara Municipal, em janeiro de 2014. Tivemos capacidade para fazer três escolas, o que me deu um orgulho muito grande. A primeira fase foi financiada no QREN e a segunda fase metemos candidatura, porque tínhamos 1,2 M€, sendo a única verba que havia para escolas. E o que é que dá para fazer com 1,2M€? Sabe-me responder? Sabe quanto é que custa fazer uma escola. Se não sabe, devia saber. Porque o QREN tinha muitos milhões para investir e todas estas escolas de que estou a falar, se calhar, podiam ter sido executadas pelo executivo de então, se fossem bem orientados. Porque é isso que nós devemos fazer e, portanto, foi conseguido na segunda fase. Ou seja, em 31.12.2021, conseguimos financiamento a 100% dessas escolas, cofinanciadas residualmente, mas consegui obviamente ir buscar empréstimo bancário e foi-me financiado 100% nessa segunda fase. Porque logo na semana em que entramos, começamos a trabalhar nisso, não esperamos um ano para tentar perceber como é que as coisas funcionavam. Por isso, em 10.01.2014, estávamos a aprovar, aqui, nesta mesma mesa, a adjudicação dessas três empreitadas. Assim foi também com as outras duas escolas. Portanto, quando diz que não é verdade o que eu disse, de que não havia financiamento, na verdade não havia, como bem sabe. Eu não sei se nos sítios onde anda tinham capacidade. Aqui, em Amarante, as coisas são muito claras. Portanto, aquilo que o senhor disse aqui também não é verdade, mas isso denota bem o desconhecimento que tinha do QREN, como agora do Portugal 2020.”

-----Este assunto foi presente a reunião, somente para conhecimento, não havendo lugar a deliberação.-----

2. **Protermas - Gestão e Exploração de Termas, Lda.** - Ação Judicial n.º 280-23.3 BEPNF – Para conhecimento.-----

-----Inscreveram-se para usar da palavra:-----

-----**O senhor deputado José Joaquim Teixeira, do Grupo Político**

**Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----"O PS de Amarante, desde há muito tempo, tem vindo a alertar e a fazer vários reparos, nas reuniões de Câmara e Assembleia municipal, sobre o modelo de gestão escolhido por este executivo municipal para a exploração das Termas. -----

-----Ainda no passado mês de fevereiro, na reunião deste órgão, a senhora deputada Ercília Costa, fez uma intervenção em que expunha o desacordo com o modelo e mostrava a sua preocupação com a gestão das Termas. -----

-----Resultou da sua intervenção, e em resposta à mesma, o anúncio por parte do senhor Presidente da Câmara de que a gestão das Termas ia passar para a gestão direta do Município. -----

-----Contudo, nunca em nenhum momento e em qualquer circunstância abordou, referiu ou informou esta Assembleia do diferendo com a Protermas. -----

-----Ora, como devem compreender, fomos altamente surpreendidos quando tomamos conhecimento pelos documentos de suporte à reunião do executivo, que aconteceu no passado dia 06.06.2024, do processo judicial que a Sociedade Protermas instaurou ao Município, a fim de obter o pagamento referente a um conjunto de serviços prestados e à aquisição de produtos para afetar às termas. Processo esse que levou o executivo a negociar e aprovar um acordo de pagamento com a referida sociedade, no valor 375.000€.-----

-----O grupo político municipal do Partido Socialista considera que a proposta para discussão e votação na reunião do executivo consubstancia, no mínimo, um conteúdo vago e impreciso, no que respeita ao fundamento da ação judicial «...alegados períodos de prestação de serviços não pagos e ainda o pagamento de produtos adquiridos para afetar às termas...» -----

-----Impunha-se que se acrescentasse algo de substancial na informação sobre o processo e que justificasse fundamentalmente a razão de ser do diferendo,

nomeadamente os motivos que estiveram na génese da recusa do Município em pagar voluntariamente e elucidasse, convenientemente, os demais elementos que integram o órgão, das benesses que constitui este acordo. -----

-----Porém, nada foi dito! -----

-----Face à parca informação da proposta levada à reunião de Câmara, o grupo político municipal do Partido Socialista pediu o agendamento, para esta reunião, da discussão deste importante assunto e suscitou, para serem anexados, um conjunto de documentos de suporte para se poder fazer um debate sério sobre esta matéria.

-----Contudo, não foi enviada por parte do Executivo Municipal toda a documentação solicitada. -----

-----Sem acesso à reclamação da Protermas e à notificação da denúncia apresentada por esta entidade, documentos que consideramos cruciais para o cabal entendimento deste tema, o grupo político municipal do Partido Socialista, em particular, e os amarantinos, em geral, não estão, nem podem estar devidamente esclarecidos.-----

-----Pelo que, não sendo possível fazer uma discussão séria acerca deste importante tema, o Partido Socialista vai, na próxima reunião de líderes, solicitar novo agendamento, bem como solicitar os documentos em falta, pedindo ao senhor Presidente um esforço adicional para, em tempo útil, os fazer chegar.”-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Cunha, colocou à consideração do plenário a intervenção da senhora Dra. Carla Granjo, advogada contratada pelo Município para patrocinar a respetiva ação judicial, no sentido de prestar esclarecimentos necessários, tendo obtido a concordância unânime dos presentes. Encontravam-se na sala 49 membros dos 53 que compõem a Assembleia Municipal.-----

-----Assim, **foi dada a palavra à senhora Dra. Carla Granjo, que proferiu a**



**seguinte intervenção:** -----

-----“O senhor deputado que me antecedeu alegou que havia documentos que não terão sido entregues, designadamente a reclamação. A nível de esclarecimentos, não sei se alguém quer formular alguma questão em concreto. Na intervenção do senhor deputado, foi dito que haveria aqui períodos e produtos não pagos, correto? Juridicamente, o que eu posso aqui dizer é a propósito dos fundamentos que foram deduzidos pelo Município na sua defesa. E, sobre isso, é importante dizer, porque o senhor referiu-se aqui à questão dos períodos, o Município celebrou vários contratos, desde 2017, e cada um dos contratos teve objetos autónomos, distintos uns dos outros. Ou seja, tivemos um primeiro período, em 2017, em que se iniciou a elaboração do estudo médico hidrológico, seguindo-se um período até se obter um despacho que foi publicado no Diário da República, já em 2018. Portanto, isto foi um primeiro objeto. A questão dos períodos intercalares a que se refere, tem a interligação das diferentes fases, até entrar em funcionamento pleno nas novas instalações, que, como sabem, também teve algumas contingências, a nível de atrasos de execução, etc. Portanto, aquilo que é a defesa do Município, evidentemente, não consente naquilo que é a configuração que a Protermas faz, ou seja, não há períodos e produtos não pagos. O que existiu foram fases: uma de elaboração de estudo; e outra de plano de implementação e instalação das novas instalações, que, efetivamente, não são os serviços contínuos e, portanto, não consentimos naquilo que seja a configuração feita dos diferentes períodos. E, por isso, aquilo que é a defesa do Município, neste sentido, é que, só em final de 2020, a Protermas passou a gerir as instalações termais de uma forma contínua, digamos assim, numa velocidade de cruzeiro. Portanto, a defesa e os fundamentos são estes, de uma forma, obviamente, muito geral.” -----

-----**O senhor deputado José Joaquim Teixeira, do Grupo Político**

**Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção: -----**

-----“A questão coloca-se no campo político e nós queremos perceber quais foram os motivos para chegarmos a este acordo. Porque é que aconteceu? Porque é que chegamos aqui? Ninguém entendeu na proposta que o senhor Presidente levou à reunião de Câmara esse trajeto e nós gostávamos de o perceber. Por outro lado, eu torno a pedir a V. Ex.<sup>a</sup> para nos dar os restantes documentos, porque, no requerimento que o Partido Socialista fez, na reunião de líderes, só três itens é que foram satisfeitos, nomeadamente, os contratos. Mas, os contratos, presumo que foram todos cumpridos, não tenho dúvidas quanto a essa matéria, o que nós não percebemos é porque é que a empresa meteu a Câmara Municipal em Tribunal. E depois, porque é que a Câmara Municipal chegou a este acordo? E nós não temos essa informação, pelo que vimos aqui de mãos a abanar. Este assunto deve ser debatido seriamente, até para bem da Câmara Municipal e de todos nós. Depois, então, chegaremos a uma conclusão: ou tem razão o Município, ou tem razão a Protermas. Mas, nós não estamos satisfeitos com os documentos que nos deram, é isso.”-----

**-----O senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção: -----**

-----“Eu agradeço as explicações da senhora Dra. Carla Granjo e a disponibilidade para aqui estar. Imagino que não seja fácil estar aqui a prestar estas declarações. Mas, eu prescindo da presença da senhora, porque não preciso de explicações jurídicas nenhuma, uma vez que este ponto se coloca numa questão política e não jurídica. E o que me preocupa a mim, não são os fundamentos ou os contornos legais e o juridiquês das explicações que a senhora, sob o ponto de vista jurídico, nos possa dar. Portanto, da minha parte, está dispensada, não lhe vou fazer qualquer pergunta. A mim, o que me preocupa - e isto parece-me que já é um padrão desta Câmara

Municipal, já que aconteceu o mesmo com o MIMO, em que nós fazemos um contrato, ou a contraparte não cumpre contrato, vamos a Tribunal e perdemos. Aconteceu isso com o MIMO e tivemos de fazer mais duas edições e mais 1,2M€ que o Município vai ter de gastar. Acontece agora com este contrato que nós tínhamos assinado com as Termas, não sei se há dois, ou há três anos, seja o que for, e há uma quebra de contrato, pelos vistos, ilegítima, no sentido em que a Câmara Municipal vai a tribunal para chegar a um acordo e indemnizar a empresa em 375.000€. Portanto, se a Câmara Municipal está disponível para fazer um acordo para indemnizar a empresa é porque entende que a cessação do contrato, ou o litígio que levou a que nós estejamos em sede de tribunal, de alguma forma, a contraparte poderá ter razão. E, desta forma, mais vale darmos 375.000€, do que dar tudo, o que daria 600.000€. Portanto, admitimos que, de alguma forma, ou não fizemos bem o contrato ou não fizemos cumprir o contrato e, assim, estamos disponíveis para dar uma parte e do mal o menos. Damos metade ou podemos ter de dar tudo, é esta questão política que nós temos de ter aqui presente e que devemos aqui discutir. E isto leva-nos a pensar duas coisas, ou tirar duas conclusões: primeira, é a incompetência na celebração dos contratos, a displicência na sua monitorização e no acompanhamento desses mesmos contratos; segunda, há um desrespeito por aquilo que são os dinheiros públicos e por aquilo que é o interesse público.” -----

-----**O senhor deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Começo por agradecer muito à senhora Dra. Carla Granjo, pela sua disponibilidade, apesar de ter havido aqui, e se calhar, pela pouca elegância no tratamento para com V. Exa.-----

-----É sempre útil toda a informação que nos possa dar e eu aprendo muito com ela, ao contrário, pelos vistos, de algumas pessoas que estão aqui. Eu não entendo

porque é que isto foi agendado, quando as pessoas chegam aqui totalmente impreparadas para discutir um assunto destes. Eu se agendasse um assunto para esta Assembleia, nunca chegaria ao ponto de não discutir o assunto, por não ter documentos. Se não tinham documentos, tinham arranjado, pedindo-os à Câmara Municipal. Eu lamento que a bancada do Partido Socialista não se tenha preparado devidamente para discutir este assunto. Francamente, nem sei como é que devo discutir isso, senhores deputados, os senhores agendaram concretamente o assunto «Protermas - ação n.º 280/23.3 BEPNF. Foi assim que pediram o agendamento. Portanto, os senhores agendaram um aspeto jurídico e vieram para aqui totalmente impreparados para o discutir. -----

-----E, como sabem, não há reclamação nenhuma, há uma ação judicial. Aliás, esta Câmara Municipal tem muita contratação e poucos litígios. Este é um dos poucos litígios que a Câmara Municipal teve, face às inúmeras contratações que faz. Portanto, nos contratos, é óbvio que, às vezes, há litígios. Vejamos o exemplo do MIMO, houve um litígio, porque foi publicado um decreto pelo governo do vosso partido, que permitiu que a organização ganhasse o processo da forma que ganhou. Nos contratos é suscetível haver problemas de interpretação, principalmente quando estamos a falar de prestações pecuniárias. Uma parte pensa que tem direito a receber 600.000€ e a outra parte apresenta contestação e diz: - não senhor, não tem direito nenhum. Se calhar, houve uma retaliação porque o Município não renovou contrato e não interessa mais nada. Numa ação, uma parte diz que tem direito e a outra parte diz que não tem direito. Senhoras e senhores deputados, 90% das ações deste país acabam com uma transação. Foi exatamente o que aconteceu aqui. A transação é um acordo judicial e, como se costuma dizer, mais vale um mau acordo que uma boa demanda. Por isso é que 90% das ações deste país terminam com uma transação. As pessoas não se sujeitam a ir a julgamento, preferindo um acordo desvantajoso a

sujeitar-se à continuação de uma ação prolongada e dispendiosa, com uma imprevisibilidade da decisão. Ou seja, as pessoas avaliam o risco do resultado da ação. Qualquer jurista sabe isto, a senhora Dra. Carla Granjo explicou muito bem. Depois temos os juros, à taxa comercial de 12,5 %. Durante um ano, estamos a falar de cerca de 40.000€. Portanto, as pessoas avaliam o risco e vêm se preferem fazer um acordo ou sujeitarem-se a uma ação administrativa, que pode demorar cinco ou dez anos. No final pode não pagar nada ou pode pagar 1M€ ou 1,5M€. Este executivo tomou uma decisão corajosa e que acho justa, assumindo a responsabilidade por um litígio dos seus mandatos e não deixa uma oneração para o futuro, para quem vier a seguir. Isso até seria fácil, fazia como, se costuma dizer, «empurrar com a barriga para a frente».

-----No vosso tempo, nem estávamos a discutir isto das termas. Agora, está a funcionar, é um equipamento da área da saúde, sendo a sua sustentabilidade difícil, mas é um equipamento importante para o concelho. Quanto à ação, é fácil, podem criticar o que quiserem, mas, quanto a mim, esta responsabilidade que o executivo assumiu, em gerir um litígio do mandato dele para evitar a sua oneração no futuro é de realçar. Reparem, numa transação há cedências de parte a parte, para se chegar a um acordo que acham equilibrado e para evitar a continuação da ação no futuro.”

-----**O senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Eu venho aqui por dois motivos. O primeiro é para dizer que eu espero não ter transparecido, de alguma forma, ser deselegante para com a senhora Dra. Carla Granjo. Se pareceu, peço desculpa por isso, mas não foi de todo a minha intenção. Aliás, comecei por dizer até que reconheço o quão difícil deve ser para a senhora estar aqui, nesta discussão. Nós já estamos habituados, mas imagino que não seja fácil para a senhora.

-----Mas queria fazer outra questão, que tem a ver com o senhor deputado António Araújo, nomeadamente naquilo que se relaciona com a impreparação daqueles que cá vêm falar sobre os assuntos. O senhor é um hino à impreparação, nesta Assembleia Municipal. Se houvesse uma estátua que personificasse a impreparação na Assembleia Municipal era a sua figura que cá estava. Basta ir ler as atas das últimas assembleias municipais, pelo menos no último mandato, e, portanto, o senhor aí se reverá nas palavras que aqui acabou de dizer. Portanto, relativamente à impreparação, o senhor quando quiser fazer aqui um histórico das últimas assembleias, podemos falar daquilo que tem sido a sua prestação nesta Assembleia Municipal. E deixe-me também ler aqui a alínea d) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, que é a lei que regulamenta as atribuições e competências das autarquias locais, neste caso, da Assembleia Municipal, «verificar a conformidade legal e admitir as propostas da câmara municipal». Na alínea e) do n.º 1 do artigo 30.º também diz “assegurar o cumprimento e a lei e a regularidade das deliberações. E o artigo 39.º diz o seguinte: «verificar a conformidade legal e admitir as propostas da câmara municipal legalmente sujeitas à competência deliberativa da assembleia municipal». Portanto, estamos aqui a cumprir aquilo que a lei nos confere e podemos estar a falar neste caso, um processo de litígio que corre em Tribunal. E dizer que, se há um acordo, foi por ter havido um mau contrato. Se não houvesse um mau contrato não precisávamos de fazer agora um acordo. O contrato cumpria-se, nós pagávamos as nossas obrigações e cessava quando tivesse de cessar. A questão que se põe é saber quanto é que isto custa ao erário público, não só estes 375.000 €, mas também o restante que se gastou para fazer cumprir o funcionamento das Termas de Amarante.” -----

-----**O senhor deputado José Joaquim Teixeira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Eu não gosto de fazer juízos de valor sobre as prestações de qualquer um dos senhores deputados e, por isso, não o faço, nunca o fiz, nem o farei. Esta é a minha forma de ser. Mas aqui há uma coisa muito importante, o Partido Socialista pediu, de facto, em reunião de líderes, para agendar este ponto, através de requerimento. Não era só para agendar o ponto, nem era para ser um debate desleal, em que se ata as mãos atrás das costas à oposição e atira-se com pedras. E aquilo que nos deram foi os documentos relativos à proposta da reunião da Câmara Municipal, que nós já conhecíamos, e os contratos de prestação. Faltava isto, que agora nos chegou em mão, dois documentos que agradeço ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que os fez chegar em tempo recorde. São os documentos mais importantes que nós queríamos, para fazer um debate sério, mas não devia ser a meio de uma reunião. Isto é um jogo com cartas marcadas, quer queiram, quer não. E, por isso, nós não queremos discutir o ponto, pois temos muitas oportunidades de o fazer. Seria uma grande irresponsabilidade, não era correto da nossa parte fazer este debate.” -----

-----**O senhor deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Isto não é juízo de valores, é objetividade. Nós, quando agendamos um assunto e vimos aqui discuti-lo - ainda por cima, quando reportamos especificamente uma ação judicial - acho que temos de ir preparados para o discutir. Acho que é o mínimo. -----

-----Mas, eu já ouvi o senhor deputado a discutir a ilegalidade deste processo, por isso está aqui para esclarecer, a senhora Dra. Carla Granjo, que tem mais condições para falar do assunto. Vocês dizem que não querem discutir os aspetos jurídicos, mas o senhor deputado José Joaquim veio falar da petição inicial e da contestação, que são exatamente as peças jurídicas deste processo. Mas, afinal, o

que é que estamos aqui a discutir? É a ilegalidade? Repare, o senhor deputado Torcato Ferreira pode ter um problema, fazer um contrato de empreitada para a sua casa, achando que é excelente, mas o empreiteiro pode achar que não e vem exigir-lhe que pague mais cem mil euros. É uma questão de pontos de vista num processo judicial. Uma parte defende a sua versão, a outra parte defende outra versão. Depois vem o fim da ação judicial, sendo que neste caso não houve fim, porque houve uma transação. Eu também me lembro que, em 2013, havia exatamente uma ação que deixaram ir até ao fim e depois viram quanto é que pagaram. É o que poderia acontecer agora, se deixasse a ação ir até ao fim. Com esta ação, se deixasse ir até ao fim, em vez de 300.000€, poderia pagar mais de 600.000€ ou até 1 M€.” -----

-----**O senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Eu queria dar aqui duas notas, só para terminar. Enfim, eu penso que toda a gente já percebeu o que é que se passa aqui, mas vou dizer só duas coisas ao senhor deputado António Araújo. A primeira, é que eu se fizer um contrato com o empreiteiro e se me desentender, ou se houver algum litígio, o problema é meu. Mas nós estamos num órgão público, estamos a falar de dinheiros públicos e isso faz toda a diferença. Isto porque o respeito pelo interesse público e o respeito por aquilo que é o dinheiro de todos nós faz toda a diferença na contratação pública, nos contratos que estabelecemos com terceiros e nos litígios que temos com terceiros. A autarquia é uma entidade que deve primar pelo princípio da boa-fé e pelo princípio da competência, naturalmente.”-----

-----**O senhor deputado António Araújo, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“As câmaras municipais fazem dezenas ou centenas de contratos, como é que conseguem controlar as partes com quem fazem contratos, de maneira a não



haver um litígio em Tribunal? Isso é impossível de controlar. A Câmara Municipal onde o senhor deputado trabalha nunca teve um litígio com ninguém? Olhe, por exemplo, a Câmara Municipal do Marco de Canaveses teve um litígio de milhões com a Águas do Marco e agora chegou a um acordo, para não pagar mais, posteriormente. É claro que os contratos devem ser feitos o melhor possível, mas como é que a Câmara Municipal impede as entidades com quem contrata de lhe instaurarem processos em Tribunal? Da mesma forma, também com o anterior executivo havia vários processos, como é evidente.” -----

-----**O senhor deputado Joaquim Augusto Teixeira, do Grupo Político Municipal do PSD, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Eu não entendo aqui uma coisa. Foi posto à votação, nesta sala, por unanimidade, para ouvirmos as explicações da senhora Dra. Carla Granjo. Eu acho que a senhora Dra. não veio aqui para falar de assuntos políticos, o papel dela aqui é falar de questões judiciais. Logo, quem não a quer ouvir devia ter votado contra. Portanto, não há necessidade de estarmos aqui a perder tempo e é preciso haver respeito pelas nossas decisões. -----

-----Assim sendo, se votamos para a ouvir, vamos ouvi-la e depois podemos concordar, ou não, com o que ela disse.”-----

-----**O senhor Presidente da Câmara Municipal, José Luís Gaspar Jorge, proferiu a seguinte intervenção:** -----

-----“Se me permitem, não pensei que este assunto desse tanta conversa. -----  
-----A Dra. Carla Granjo já disse que está disponível para vir cá novamente, mas eu acho desnecessário, uma vez que, pelos vistos, não pretendem esclarecimentos sobre questões jurídicas. Já agora, têm a certeza de que pediram o documento agora distribuído? Peço o favor de confirmarem no requerimento enviado. Se constava, peço desculpa por um eventual erro dos serviços. -----

-----Há aqui uma questão, e eu não me importo que venha na próxima reunião, se querem criar um caso político, façam-no. Eu estou perfeitamente à vontade, pois estou certo de que tomamos a decisão correta. E eu podia mandar isto para as calendas e deixar para quem vier a seguir. Como disse há pouco, o senhor deputado António Araújo, nós, quando entramos, tivemos de pagar por outros processos. E não estou a dizer que foi má prática. Eu é que não gostei e disse para comigo que assim não podia ser, motivo pelo qual tenho tentado resolver todos os casos, para não deixar nada para quem vem a seguir. Recordo-me de um assunto, creio que começou aí por 1999, por causa de uma cedência, em que o executivo anterior entendeu que não tinham de pagar, acho que era de mais de trinta e três mil contos. Na altura, entenderam que não se devia pagar, tendo sido metida uma ação contra a Câmara Municipal, condenando-a a pagar e com juros indemnizatórios. A Câmara Municipal entendeu que não e viria a contestar, e bem, dizendo que não queria negociar. E a partir daí, foram mais os juros indemnizatórios. Se tiverem dúvidas, posso ceder uma cópia. Ora, quando entramos, fomos obrigados a pagar mais de trinta e três mil contos, que corresponde a 168.000€. Só de juros, foram mais de 125.000€. Na altura, propus o pagamento em sete prestações, mas só autorizaram quatro. Pagamos, no total, a módica quantia de 293.000€. Fiquei indignado e perguntei aos serviços se fazia ou não sentido. Disseram-me que não e que mais valia terem negociado logo. Isto porque estes casos complicam-se quando chegam ao Tribunal Administrativo. As ações podem demorar mais de dez anos, como aconteceu com o caso de que falei. Foi iniciado em 1999 e só foi decidido em 2014. E, por isso, não quero deixar para outros uma eventual sentença que determine um valor superior aos 600.000€. Nunca se sabe como e quando acabam as coisas quando chegam ao Tribunal. Aliás, temos o exemplo do MIMO. Já agora, deixem-me dizer-lhes que a culpa foi do governo de então. Foi dito que tínhamos de adiantar o dinheiro

sem qualquer caução. E nós fizemo-lo. Depois, se não for feito o festival, não sei a quem é que vamos recorrer, mas isso é outra história. E isto adulterando aquilo que é a bíblia das câmaras municipais, que é o CCP, mas tudo bem. E, já agora, nós também ganhamos na primeira instância, mas perdemos na segunda. -----

-----Quanto a este processo, dizer que quando dei sinal de que não ia abrir mais nenhum concurso para a prestação de serviços, é que a questão se levantou. Eles meteram uma ação contra a Câmara Municipal e nós contratamos alguém para interpor essa ação. -----

-----E foi isto que vos foi explicado, de forma simples. Agora poderão discutir se a solução final é do vosso agrado, ou não. Para mim, é do meu agrado. Claro que não queria pagar nenhum, mas, atendendo a que havia uma ação, entendeu-se que, depois de ouvir as partes, analisar os processos e o entendimento possível, que esta era a melhor solução. E, por isso, pedi à senhora Dra. Carla Granjo se fazia o favor de vir aqui explicar a questão meramente jurídica, que é mais técnica e que os senhores poderiam estar disponíveis para ouvir, como disseram na votação inicial. Ouvir a explicação se os contratos são legais ou ilegais, o porquê da interpretação diferente, por parte da Protermas e o que foi a proposta numa negociação entre as partes. Depois, se acharem que politicamente isto é uma cabala, uma coisa insana, façam as guerras que quiserem. Estejam perfeitamente à vontade, mas falem com a consciência daquilo que estou a dizer. -----

-----Se os senhores estiverem disponíveis para ouvir a jurista, dado que se trata de uma questão meramente jurídica, ela pode explicar a interpretação dos contratos, aquilo que foram as contas e uma interpretação de possível cenário em sede do julgamento final. -----

-----Porque, meus senhores, sabem tão bem como eu que, às vezes, ganha-se numa instância, vai-se à segunda instância e tem-se uma decisão final diferente e

depois vai-se ao Supremo. É exatamente o que temos aqui.-----

-----Quando, em 2014, tive de pagar, passou exatamente por esses trâmites. E reparem que estamos a falar de alguém que juridicamente tinha muita experiência, ninguém acredita que o anterior Presidente da Câmara achava que ia perder aquela ação. Até porque ele era advogado e, segundo sei, um excelente advogado. Portanto, ele tinha a plena consciência de que ia ganhar, mas perdeu. Agora, eu não tenho consciência se ia ganhar ou perder, pedi a alguém que soubesse para tratar deste assunto. Porque, volto a dizer, para mim foi uma surpresa.-----

-----**Foi dada a palavra à senhora Dra. Carla Granjo, que proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----"A Protermas tinha o entendimento de que tinha de receber mensalmente os valores e isso não é o entendimento da Câmara, nem nunca foi. Ou seja, os contratos que existiram até à exploração do estabelecimento termal eram contratos para atingir determinados objetivos. Por exemplo, era para elaborar o estudo médico hidrológico, não era para pagar mensalmente, conforme o senhor Presidente da Câmara Municipal disse, que, depois, deu lugar ao tal despacho, publicado no Diário da República, pela Secretaria de Estado, que reconheceu as valências das águas termais e do estabelecimento termal. Portanto, aquele era o objetivo para depois se iniciar a implementação do estabelecimento termal. Portanto, esse foi outro projeto, que, entretanto, aconteceu e que foi concomitante, quase, com a mudança das instalações, que, ainda para mais, tiveram algum atraso em relação ao esperado. No nosso entendimento, que corresponde àquilo que é também a informação que resulta da documentação contratual, estavam em causa contratos em que a Protermas se obrigava a atingir determinados objetivos e, portanto, não eram pagos em regime de avença mensal. Aliás, só no final do ano de 2020 é que efetivamente se entrou com um plano de exploração, já nas novas instalações, como se costuma dizer, já

em velocidade de cruzeiro, ou seja, já estava implementado todo o âmbito do estabelecimento, toda a sua exploração, em termos de serviços a prestar. A partir daí, fez-se um contrato para três anos, que terminou precisamente em junho de 2023. Até essa data, período relativamente ao qual reclamam alguns meses, no entendimento do Município, não se tratava de pagamentos que eles teriam que receber mensalmente, só porque sim, mas pagamentos que tinham a receber, associados às missões que cumprissem. Fase um, era a elaboração de estudo para que fossem reconhecidas as valências; fase dois, era a instalação e implementação nas novas instalações, que, ainda para mais, tiveram um atraso. Ou seja, era suposto ser em 2018, mas só veio a acontecer, nas novas instalações, no primeiro trimestre de 2019. Foi nessa data que foi celebrado um novo contrato com eles, ou seja, não se teve de fazer contratos a pagar mensalmente. E, realmente, a verdade é que a Protermas também entendeu assim durante todos estes anos, porque, só no final do contrato, em 2023, há um ano atrás, é que pediram uma reunião ao Município e vieram reclamar, mas, durante sete anos, conformaram-se com o mesmo entendimento do Município. Agora, a questão de eles terem tido sobrecustos, porque, talvez, o estudo médico hidrológico demorou mais tempo a executar do que aquilo que era previsto, como o plano de instalação, porque as obras atrasaram. Portanto, todos esses aspetos efetivamente foram tidos em consideração nas negociações que foram tidas com o Município. E a verdade é que nos valores que estavam envolvidos, numa ação de seiscentos e muitos mil euros, com os riscos associados aos valores dos juros, tendo em conta os entendimentos distintos que os tribunais poderão ter sobre as matérias – ainda hoje recebi o acórdão de uma sentença que dava um valor elevadíssimo, que condenava uma entidade pública, agora saiu um acórdão a condenar zero; ou seja, foi totalmente absolvida, precisamente numa responsabilidade por sobrecustos na execução de um contrato,

no caso, uma empreitada. As decisões dos tribunais e o tempo em que surjam, estão associados ao fator valor dos juros; e, portanto, acho que, hoje em dia, para quem trabalha com os tribunais, sabe que, geralmente, nas ações de administrativo que envolvem entidades públicas, como os municípios, o valor dos juros, muitas vezes, duplica o valor do capital em dívida. Isto é um absurdo, mas é verdade. -----

E, portanto, o Município, que esteve na gestão dos contratos, tinha obviamente primazia no acesso à informação para poder conhecer e preparar a sua defesa e também para gerir efetivamente a situação que obviamente já não seria possível em momento posterior. Tivemos em consideração os eventuais sobrecustos associados aos períodos a mais em que eles estiveram a trabalhar, por razões que não seriam da sua responsabilidade. E os objetivos, se foram atingidos tardiamente, na verdade, eles durante este período todo se conformaram com isso. Nessa parte, o Município nunca teve uma interpelação por parte da Protermas, nem eles juntam no processo. A Protermas nunca fez nenhuma reclamação junto do Município a pedir o que quer que fosse, desde o ano 2017. E só o fez, no ano 2023, e quando estava na véspera da cessação do contrato, do termo do prazo do último contrato que teve, aí sim, um contrato contínuo, porque foi um contrato de exploração. É mais que plausível, é evidenciado, que houve períodos em que esteve encerrado, portanto, é completamente claro. Essa é a posição do Município nas negociações. Foi numa gestão obviamente de risco, como se faz, aliás, com todos os tribunais, não só no nível, no próprio administrativo, que é promover um acordo, que muitas vezes acontece. Estamos a falar 40.000€, por ano, de juros, que era o valor que estava aqui a pesar nesta negociação.”-----

-----Considerando que não existirem mais pedidos de esclarecimentos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a disponibilidade e as explicações dadas pela senhora Dra. Carla Granjo. -----

-----O assunto foi presente a reunião, somente para conhecimento, não havendo lugar a deliberação. -----

**3. Nomeação de auditor externo responsável pela certificação das contas do Município de Amarante dos Anos de 2024 e 2025 - (Registo n.º 3487/2024/05/14);** -----

-----Inscreveu-se para usar da palavra:-----

-----**O senhor deputado José Joaquim Teixeira, do Grupo Político Municipal do PS,** afirmou que o Partido Socialista votaria favoravelmente este ponto.-----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua atual redação, deliberou nomear a sociedade Anjos & Associados - SROC, Lda para auditar as contas do Município nos exercícios dos anos de 2024 e 2025, conforme proposta da Câmara Municipal. -----

-----Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 49 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 49 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal.-----

**4. Contratação de empréstimo de médio/longo prazo para "Requalificação da Alameda Teixeira de Pascoaes"- (Registo n.º 4317/2024/05/27);** -----

-----Inscreveu-se para usar da palavra:-----

-----**O senhor deputado José Joaquim Teixeira, do Grupo Político Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção.** -----

-----"Nós também vamos votar favoravelmente este ponto, aliás, viabilizando os grandes projetos, esperando que esta obra seja executada no mais breve prazo possível." -----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do

artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou autorizar a contratação do empréstimo de médio/longo prazo e a sua adjudicação à entidade Caixa Geral de Depósitos, segundo as condições constantes da sua proposta, datada de 11 de junho de 2024, no montante de 2.300.000€ (dois milhões e trezentos mil euros), para “Requalificação da Alameda Teixeira de Pascoaes”, conforme proposta da Câmara Municipal. -----

-----Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 47 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. O senhor deputado Torcato Ferreira e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gondar, Hugo Vaz, ambos do Grupo Político Municipal do PS, não participaram na votação, por se encontrarem ausentes da sala. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 47 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. O senhor deputado Torcato Ferreira e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gondar, Hugo Vaz, ambos do Grupo Político Municipal do PS, não participaram na votação, por se encontrarem ausentes da sala. -----

**5. Adesão do Município de Amarante à Fundação de Serralves** – Estatuto de Fundador de Serralves - (Registo n.º 3295/2024/04/26); -----

-----Não se registaram inscrições para usar da palavra. -----

-----A Assembleia Municipal deliberou aprovar a adesão do Município de Amarante à Fundação de Serralves e a adoção do Estatuto de Fundador de Serralves, conforme proposta da Câmara Municipal. -----

-----Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 48 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação o senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, por se encontrar ausente da sala. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos,



por unanimidade. Encontravam-se presentes 48 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação o senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, por se encontrar ausente da sala. -----

**6. Alteração do Regulamento da Taxa Turística Municipal** - (Registo n.º 3211/2024/04/23);-----

-----Não se registaram inscrições para usar da palavra. -----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, deliberou aprovar a Alteração do Regulamento da Taxa Turística Municipal, conforme proposta da Câmara Municipal.-----

-----Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 48 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação o senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, por se encontrar ausente da sala. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 48 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação o senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, por se encontrar ausente da sala. -----

**7. Operação de Reabilitação Urbana de Telões** - (Registo n.º 1664/2024/02/29).-----

-----Não se registaram inscrições para usar da palavra. -----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual, deliberou aprovar a Operação de Reabilitação Urbana de Telões, conforme proposta da Câmara Municipal.

-----Esta deliberação foi tomada por unanimidade. Encontravam-se presentes 48 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação o senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, por se

encontrar ausente da sala. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos, por unanimidade. Encontravam-se presentes 48 membros dos 53 que compõem esta Assembleia Municipal. Não participou na votação o senhor deputado Torcato Ferreira, do Grupo Político Municipal do PS, por se encontrar ausente da sala. -----

-----Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos, quando eram vinte e três horas e vinte e cinco minutos. -----

-----Da presente reunião foi lavrada esta ata, que, depois de lida e aprovada, por unanimidade, na sessão ordinária de 27.09.2024, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia e pelos seus Secretários. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

O SEGUNDO SECRETÁRIO